

CONVIDADOS

Experiência profissional
e artigos

ARTIGOS

Docentes e Discentes
do Maranhão

ENTREVISTA

Prof. Felipe
de Holanda

MUNDO

Econômico

www.corecon-ma.gov.br

2º SEMESTRE - 2017

JUL./DEZ.

VOL. 01
Nº 01

Com o apoio do Conselho Regional de Economia do Maranhão, o CORECON-MA Acadêmico deu início às suas atividades em 2014, buscando fomentar a produção e evolução da massa acadêmica dos cursos de Economia do Estado, nossos futuros profissionais.

A primeira edição da revista Mundo Econômico marca a execução do primeiro grande projeto do CORECON-MA Acadêmico, que é realizado em conjunto com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. O objetivo do periódico é fomentar a produção científica das instituições de ensino superior maranhenses com enfoque em assuntos socioeconômicos. Busca-se, dessa forma, abrir espaço para revelar a capacidade intelectual dos acadêmicos e profissionais maranhenses e trazer produções textuais com elevado teor crítico e científico.

A revista Mundo Econômico publica artigos de estudantes, professores e especialistas sobre os mais diversos temas relacionados a economia e seus debates, além de trazer entrevistas com economistas e experiências de profissionais que atuam nas mais diferentes áreas das ciências econômicas, demonstrando a relevância do debate e da profissão.

Boa Leitura!

João Carlos Souza Marques.

Conselho Regional de Economia do Maranhão

Conselho Efetivo

Presidente:

Frednan B. dos Santos

Vice Presidente:

Heric S. Hossoe

Jadson Pessoa da Silva
Leonardo Leocádio C. de Souza
Heloizo Jerônimo Leite
Raphaela Sereno Silva
Clodomir Cunha Ladeira
Pablo Zarthur C. da C. Rebouças
Valeska Rogeria Vieira Trinta

Conselho Suplente

Talita de Sousa Nascimento
Eden do Carmo Soares Júnior
Carlos Eduardo N. Campos
Jessé Sales Rêgo
Ana Cecília Vasconcelos Loayza
Danilo José Menezes Pereira
Duany Drayton Reis Moraes

Conselho Acadêmico

Diretores

Presidente:

Beatriz Lima Machado

Vice- Presidente:

Jainne S. Coutinho

Tesoureira:

Gianna B. C. R. de Lima

Jonas Passinho Silva Júnior
Isabela Cristina de S. Machado
Francisco P. Mascarenhas
Junior.

Conselho Editorial

Curadores

Jadson Pessoa da Silva
Heric Santos Hossoé

Coordenação e Editoração

João Carlos Souza Marques
Rodrigo Leite Cruz
Erivam de Jesus R. P. Junior

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

Presidência

Felipe Macedo de Holanda

Diretor de Estudos e Pesquisas

Carlos Frederico Lago
Burnett

Diretoria de Comunicação

Lígia do Nascimento Teixeira

Design

Yvens Goulart

Revisão

Camila Carneiro
Dyana Pereira

SUMÁRIO

Os Sentimentos do Mercado	4
Inflação: adesventura do debate.	6
Ambiente de Negócios para Abertura de Empresas no Maranhão	11
A Suinocultura em São Luís: complexidade e necessidade do controle de custos na produção animal.	13
O Maranhão tem Gás Natural. E o gasoduto?	15
Formação do Economista No Brasil: Breve Relato Histórico	17
Origem e Crescimento do Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras	21
O Verdadeiro Sentido dos Blocos Econômicos	23
Algumas Considerações Sobre o Orçamento Público Brasileiro	25
Entrevista com Felipe de Holanda	33

Os Sentimentos do Mercado

TEXTO - André Souza¹

Trabalho no mercado financeiro desde 2008. Nesses quase 9 anos completos percebi, pouco a pouco, como tudo está ligado à emoção dos indivíduos, principalmente quando trata-se do mercado de renda variável.

A ECONOMIA É EXPECTATIVA



Lembro-me muito bem das minhas primeiras aulas de Introdução à Economia na Universidade Estadual de Maringá. Uma das frases mais marcantes foi: “a economia é expectativa”, proferida pelo Professor Joaquim. Todo economista sabe disso, mas entre a “emoção” e a “razão”, vejo com frequência colegas escolhendo a razão e excluindo a emoção. As análises no mercado de ações costumam dividir-se entre Fundamentalista e Técnica. Por mais racionais que sejam tais análises, elas não fogem do sentimento do mercado.

A análise fundamentalista tem como principais objetivos mostrar o que comprar, o que vender e quando operacionalizar. Ela faz isso mostrando o “preço justo” das ações. Uma das técnicas utilizadas para o *valuation* é trazer a valor presente os fluxos de caixa futuros. De maneira alguma, bons profissionais precificam precisamente as ações, pois “novos fatos”. Sempre estão sujeitos a acontecer. A economia não encontra-se em *ceteris paribus* como nos modelos acadêmicos e cada novidade pode mudar toda a análise.

No momento da análise, é considerado o resultado passado, a média de resultado do setor e as expectativas de fluxos futuros. Todos esses dados são cuidadosamente estudados. Mas, constantemente, o comportamento humano influencia a análise. Um exemplo no mercado de petróleo: a OGX. Em agosto de 2010, a famosa empresa de Eike Batista estava negociando ações na casa dos R\$ 20,00. Como nesse tipo de mercado temos grandes “jogadores” como bancos nacionais e internacionais, com milhares de economistas e técnicos renomados no mundo dos negócios, suponho que a precificação fundamentalista feita naquele momento aproximava-se do preço de negociação, e muitos desses agentes foram pegos desprevenidos com a “quebra” das empresas do brasileiro. **Por que isso aconteceu? »**

¹ Assessor de investimentos e sócio da Perspective Investimentos.

Desde o nascimento da empresa, que até então era operacional, estavam elevadas as expectativas acerca do império que Eike estava construindo. Os agentes queriam participar dessa história e por esse motivo, levados pelo *animal spirit*, compraram as ações acima do preço “justo”.

A ruína do império seguiu o mesmo princípio: emoções. Despencou ao menor sinal de possibilidade dos projetos não darem certo. Em “efeito manada”, todos vendiam ao máximo e alegavam conhecimento sobre o insucesso do ex-magnata, pois uma sucessão de eventos, que vão desde os resultados da extração de petróleo até a credibilidade do empresário posta em xeque, desencadeou a fuga de investidores e financiadores do projeto em questão. A volatilidade das emoções fez a OGX nascer e morrer. Caso os sentimentos do mercado fossem mais estáveis, é possível que a empresa ainda pudesse estar viva.

Já na Análise Técnica, apesar do nome, é fácil encontrarmos a influência das emoções. Em sua composição, interpreta-se dentre outras coisas, os *candles* e o comportamento do ativo dentro de um gráfico.

Um caso clássico que ilustra os sentimentos nesse tipo de análise é o *candle* martelo. Configura-se “martelo” aquele que, depois de uma sequência de períodos em queda, forma uma sombra grande e um corpo pequeno na extremidade superior. O principal significado dele é “arrependimento”. O mercado vinha em uma sequência de queda, todos acreditavam na baixa, e ela acontece, mas, em um momento a posteriori, o mercado se “arrepende”, voltando a subir e fechando próximo do preço de abertura. Se no próximo período tivermos uma alta, configura-se nessa região um fundo.

O *candle doji* é outro exemplo, entre tantos, no qual a técnica busca entender o sentimento do mercado, pois configura o fechamento com preço muito próximo da abertura, o que se traduz como “incerteza” ao analista técnico.

Para o assessor de investimentos, uma outra área que envolve emoções e comportamento

humano é a alocação de capital dentro de uma carteira de investimentos. Nem só de renda variável vive o investidor, o assessor com objetivo de reduzir os riscos, diversifica o portfólio de aplicações do seu cliente.

O sonho de todo investidor é ganhar um percentual gigantesco e com risco zero, algo praticamente impossível. Cabe ao agente apresentar as melhores oportunidades e esclarecer os riscos provenientes de cada tipo de ativo. Contudo, nesse momento não se pode ser totalmente técnico e embora o assessor tenha suas próprias ideias e emoções quanto ao mercado, torna-se necessário não somente a avaliação dos ativos, como o acompanhamento do perfil de investimento do cliente evitando transmitir uma sensação de indiferença.

É papel do economista ao interpretar seu cliente, traduzir o cenário econômico de forma adequada; embora existam pessoas que compreendam os termos do “economês”, outras não entendem. Para obter-se melhores resultados no diálogo, deve-se transmitir de forma clara as informações de acordo com o perfil identificado, mas sem deixar de lado a técnica.

Se você é um consultor econômico, um assessor de investimentos, ou até mesmo um professor, é importante dar uma pitada de emoção em seu discurso. Aulas e palestras inesquecíveis geralmente atingem o emocional dos espectadores. As emoções movem o mundo e o comportamento humano. São eles que tornam a economia uma ciência social e não exata.

Figura 1 - Candle Doji



Fonte: BM&F Bovespa

Figura 2 - Candle Martelo



Inflação: a desventura do debate.

TEXTO – Alessandro Sousa Brito ¹

Não é preciso ser um leitor contumaz de conjuntura econômica para perceber que nos últimos anos a inflação tomou um papel proeminente na discussão (e na agenda) da política econômica.

QUAIS SÃO OS “CUSTOS DA INFLAÇÃO”?

Aliás, a inflação é um tema recorrente na agenda dos problemas econômicos, estando sempre associada a custos elevadíssimos para toda sociedade, principalmente àqueles, cujo patrimônio ou remunerações são mal protegidos contra a desvalorização da moeda; pelo menos tem sido o que a grande maioria dos economistas, em geral, alardeiam continuamente.

Bom e quais são os “custos da inflação”? Em geral os economistas costumam enfatizar que a) a inflação constitui uma depreciação de todos os valores monetários, reduzindo o poder de compra dos agentes que auferem renda fixa, o caso dos trabalhadores; e reduzindo o valor real das quantias detidas pelos agentes que emprestam parte do seu capital a outros agentes; b) a inflação perturba a mensagem transmitida aos agentes pelas variações de preço, podendo criar a ilusão de melhor rentabilidade, ofuscar a decisão da melhor alocação dos fatores de produção, etc.; c) a inflação pode reforçar a restrição exterior, ao tornar os produtos nacionais menos competitivos, podendo provocar ou acentuar o déficit das trocas externas e pode levar a antecipação das dificuldades de pagamentos por parte dos operadores de câmbio, antecipando uma piora do balanço de pagamento e, podendo provocar uma crise cambial; d) a inflação, ainda, pode se auto alimentar e acelerar, criando um processo inflacionário que pode culminar na hiperinflação.

O que poucos observam é que esses custos estão associados a partir de um patamar, de um determinado nível de inflação que depende da especificidade de cada economia. Em geral é difícil identificar os custos reais provocados pela inflação: no tocante à redistribuição de renda provocada pela inflação, é importante notar que aquilo que uns perdem outros ganham, além disso a maioria das rendas pode ser indexada à alta dos »

¹ Professor do Departamento de Economia da UFMA, Coordenador do Curso de Economia e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia - GRAMMA.

preços, e se o poder de compra cai, as dívidas contratadas também diminuem. A dificuldade de alocação dos fatores, por outro lado, é um custo retórico, uma vez que é teoricamente impossível de identificar e de mensurá-la de modo concreto. Todavia isso não quer dizer que a estabilidade monetária seja algo menos importante, mas que o combate à inflação se justifica menos pelos seus custos do que pelas “virtudes do rigor monetário”, ou seja, a estabilidade monetária obriga os agentes a debelarem os desequilíbrios por outras alternativas que não sejam a elevação dos preços, pelos menos em tese.

Desde o final dos anos 90, a política monetária brasileira tem enfrentado o problema a partir de um regime de política econômica que propõe metas para a inflação que devem ser perseguidas pelos governos. O Regime de Metas de Inflação (RMI) é um conjunto de regras, criado para reduzir o risco de inconsistência intertemporal (*time inconsistency*) que, por hipótese, é atribuído às políticas econômicas de corte discricionário, uma vez que se supõe que os *policymakers* não conhecem suficientemente a estrutura econômica para que uma política discricionária possa trabalhar suficientemente bem, sem produzir desajustes e alterar as expectativas dos agentes econômicos. Logo, o espaço para discricionariedade da política econômica está ligado, exclusivamente, à condução da economia para a meta de inflação estabelecida a priori.

Um dos problemas, porém, é que RMI “criou” um estado de “pânico” generalizado junto aos agentes econômicos e à grande mídia especializada, todas as vezes que a inflação “desprende-se” do chamado centro da meta. Um rápido olhar para trás mostra-nos que desde a implementação do RMI, raríssimas vezes a inflação efetiva ultrapassou o chamado limite superior da meta estabelecida. Além disso, já tivemos, como é do conhecimento do público especializado, metas bem mais altas com limite superior na casa dos 8% e 10%, bem como, já chegamos a ultrapassar o centro da meta em mais de 8%, quando o RMI exigia uma tolerância de apenas 2%, como foi o caso em 2002, e, nem por isso, o “mundo

acabou”, a economia entrou em recessão, o desemprego aumentou ou qualquer coisa parecida.

O debate sobre a inflação no Brasil passou a ser uma discussão sobre métrica, sobre o núcleo e seus limites, superior e inferior. Passando-se a considerar alta a inflação efetiva que ultrapassa o centro da meta. Uma conclusão no mínimo esdrúxula, uma vez que, assim não se consideram os impactos da inflação e suas causas. Deveríamos, portanto, retomar, pelo menos, dois aspectos importantes sobre o assunto: a natureza da inflação e, no caso brasileiro, a partir de que patamar o impacto sobre o produto torna-se negativo. Não faz sentido algum se falar em meta de inflação se não conhecemos as causas que a pressionam. Dizer que a inflação é um fenômeno monetário é “chover no molhado”. Obviamente o é, porque se manifesta sobre o valor da moeda, mas as causas não são exclusivamente monetárias.

A inflação pode ocorrer por diversas causas: desequilíbrios estruturais entre a oferta e a demanda ligado à constituição de serviços públicos não vendáveis ou de investimentos, que implicam em uma distribuição imediata e significativa de renda, sem que haja um aumento concomitante da oferta de bens e serviços, ou que estes aconteçam com grande defasagem; mudança da estrutura de custos dado o conflito político de repartição da renda entre capital e trabalho ou em função de alta inesperada dos custos de produção que torna a oferta menos lucrativa e reduz o volume ofertado; ou pela redução do nível de concorrência nos mercados que faz as empresas repassarem custos diretamente ao consumidor sem proverem outras alternativa de redução de custos; choque de oferta ou por choques de demanda; conflito distributivo; e muitas outras, a depender da especificidade de cada economia. Numa nota: a inflação não é um fenômeno puramente monetário, apesar de se expressar dessa forma!

A questão de se saber as fontes que desencadeiam a inflação está ligada a capacidade da política econômica de suprimir o próprio desequilíbrio e não apenas torná-lo latente, combatendo

apenas o sintoma do desequilíbrio, de inquirir sobre as relações de força que governam os ajustes de preços dos bens e serviços que afetam a vida de todos nós.

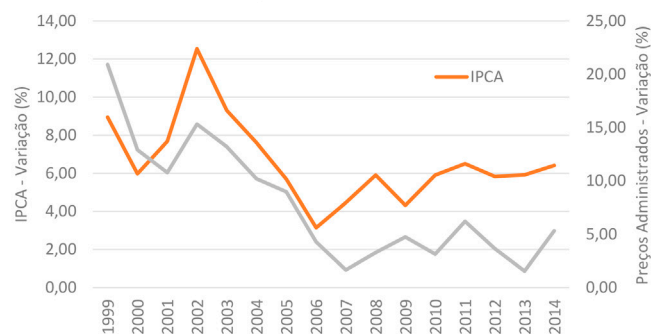
Se a inflação tem causas diversas, é coerente admitir a necessidade de discricionariedade na condução da política monetária. Não se pode tratar sempre do mesmo modo fenômenos que por natureza são suscetíveis a mudanças contínuas, como são os fenômenos sociais. E, só pra lembrar, os fenômenos econômicos são fenômenos sociais! E a inflação, ao longo da história, tem apresentado distintas fontes dinâmicas que, nem sempre se enquadram, nas hipóteses do RMI.

Para o RMI, a inflação é sempre um resultado de choques de demanda, a taxa de juros é sempre a variável que controla a demanda agregada e as variações na taxa de câmbio são efeitos colaterais do processo. No entanto, essas hipóteses só se sustentam, como mostrado pela literatura especializada, se alguns pressupostos forem válidos: se o hiato do produto afetar a inflação de forma sistemática; se os choques inflacionários tiverem persistência total; se o produto potencial for sempre independente do produto corrente; e se os choques de custos forem aleatórios. Assim a inflação que o RMI espera combater não é qualquer produzida por qualquer desequilíbrio de preço, mas é específica de desequilíbrio de demanda; inflação de demanda.

Bom, mas o caso brasileiro é assim? A inflação brasileira dos últimos anos tem apresentado essas características? Alguns estudos mostram que não há correlação entre desemprego e inflação no Brasil; que os choques inflacionários recentes não tem persistência total sobre a inflação; que a tendência do produto é totalmente correlacionada com a evolução do produto corrente; e que os choques de oferta não são aleatórios: há preços administrados (Gráfico 1) que, pelo menos até 2007, impuseram peso considerável sobre o nível do IPCA; há contratos atrelados ao IGP, que são afetados quando há variação do câmbio, que por sua vez está, fortemente correlacionado com a taxa de juros (Gráfico 2), não sendo, portanto, um efeito colateral; além disso, as *commodities*

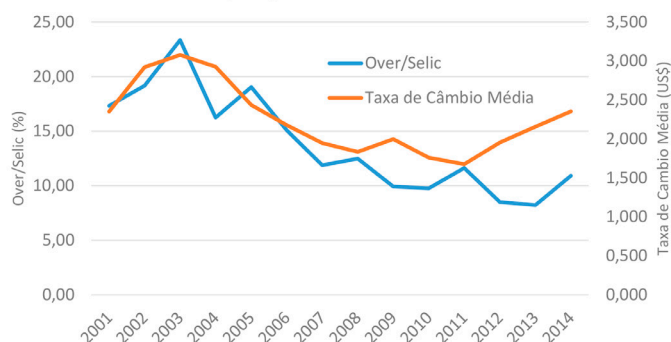
cresceram desde o final dos anos 90 impondo crescimento dos preços de bens importados, embora no final da década dos anos dois mil, os preços tenham começado a cair; além disso o salário real vem crescendo com a política de recomposição do poder de compra, o que impactará também a estrutura de custos, pelo menos até 2019.

Gráfico 1: IPCA e Preços Administrados - 1999 a 2014



Fonte: IPEA

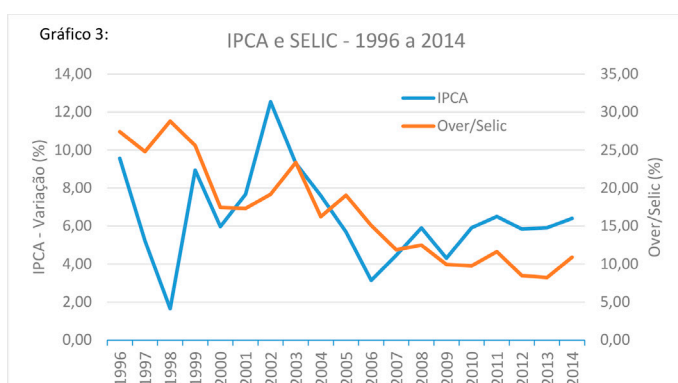
Gráfico 2: Taxa de Juros (Selic) e Taxa de Câmbio Média - 2001 a 2014.



Fonte: IPEA

Não nos parece que o problema da inflação no Brasil seja um problema de demanda. Não nos parece também que a taxa de juros seja a variável proeminente de controle da demanda e da inflação. O gráfico 3 aponta uma relação inconclusiva, bruscas variações na Selic não são acompanhadas de impactos de mesma proporção e sentido no IPCA. Aliás mesmo que o fosse, qual seria a garantia que os preços recuariam? Provavelmente, o impacto mais significativo dos juros se dê sobre o nível de atividade do que sobre os preços. E não apenas em função da estrutura de mercado que não permite variações no nível de preços, mas sobretudo porque o preço de grande parte dos serviços e bens que afetam

o cotidiano da vida urbana, como saúde, transporte urbano - intermunicipal e interestadual, gás, comunicação (telefonia fixa), combustível, energia, produtos farmacêuticos, água e esgoto, são todos preços administrados por contratos ou monitorados, portanto, não suscetíveis à demanda e insensíveis às variações na taxa de juros, ou seja, os reajustes de preços não são função direta do mercado. Esses aspectos apenas desnudam, superficialmente, que há sim uma inadequação entre o RMI e a natureza da inflação brasileira. Parece-nos que é preciso voltar a pensar na natureza do contexto inflacionário brasileiro e identificar as fontes dinâmicas que o alimenta.



Por último, para além da métrica do debate sobre inflação, é preciso considerar qual o patamar em que a inflação efetiva degrada a eficiência produtiva da economia brasileira. Essa questão não se resolve evitando que a inflação ultrapasse a banda superior da meta, ou fazendo-a convergir para o centro. As experiências das economias modernas indicam que os países têm suportado taxas de inflação de 5% a 20% ao ano sem comprometer sua eficiência produtiva. Trabalhos como o do professor Robert Barro, proeminente economista defensor do livre mercado, sugere que a inflação moderada, de 10% a 20%, tem um baixo impacto negativo sobre o crescimento econômico e que até próximo de 10% a inflação não tem nenhum efeito. Além dele, um economista do FMI, M. Sarel, estimou que até próximo de 8% a inflação causa apenas um pequeno impacto no crescimento e que a relação é positiva abaixo desse nível, ou seja, abaixo desse nível a inflação ajuda, ao invés de atrapalhar o crescimento. Há outros estudos que elevam o nível de quebra so-

bre o produto para o patamar de 20% e até mesmo 40% ao ano, como é o caso dos estudos de M. Bruno e W. Easterly.

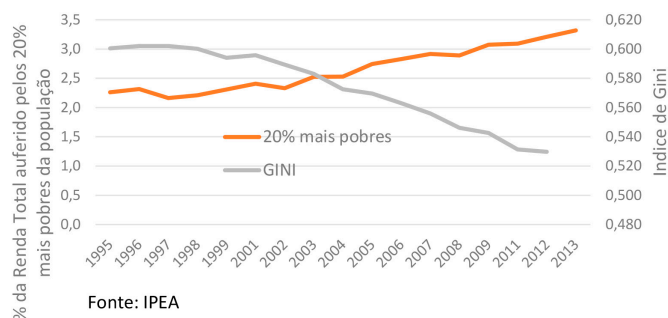
Essas questões são importantes porque qualifica o que podemos chamar de inflação alta. Uma inflação alta não está relacionada com sua distância do centro da meta de inflação, mas com o ponto de quebra a partir do qual começa a afetar negativamente o produto. Além desse aspecto é preciso considerar que o patamar deve estar associado historicamente a estrutura econômica de cada país. O Brasil é historicamente um país de crescimento baixo e quando se considera os níveis de inflação observa-se que os menores índices estão exatamente situados após o Plano Real. Considerando os últimos 20 anos, a inflação média tem sido de 6,35%, e se considerarmos os últimos 19 anos, suprimindo o ano de 1995, em função da taxa extrema desse ano, comparada com os anos subsequentes, a média situa-se em 5,95%, o que sugere que a economia brasileira "roda" historicamente, no que diz respeito às últimas duas décadas, a uma taxa em torno dos 6% ao ano. Se lembrarmos que essa é aproximadamente o limite superior da meta de 4,5%, não há como deixar de concluir que o regime de metas estabelece a priori um patamar desconectado com os níveis históricos médios de inflação da economia brasileira! Ora a própria literatura sobre os desenhos de metas de inflação ao sugerirem que a meta deva ser estabelecida como um ponto, um intervalo ou um ponto com bandas de tolerância já sinaliza para que a meta de inflação deve estar associada à experiência de cada país. Numa leitura conservadora, podemos dizer que países com experiências de altas taxas de inflação não podem convergir rapidamente para uma meta pequena ou do nível das economias desenvolvidas; metas mais elevadas ou com bandas de tolerância ou constituídas de intervalos são mecanismos para atenuar o ônus social em decorrência de políticas monetárias mais austeras na condução da inflação para meta, que deve estar associada às especificidades de cada país. Pare-

ce-nos que esta etapa do desenho da política de metas de inflação foi esquecida, restando apenas uma perspectiva ultraconservadora quanto à inflação!

A miséria do debate sobre a inflação no Brasil não se resume apenas ao discurso da métrica, ou a postura conservadora de considerar a inflação no Brasil algo fora do controle, sem perquirir as razões históricas, a natureza do contexto de inflação e os reais impactos sobre a economia. A miséria do debate sobre a inflação reside também na incapacidade do debate recente sobre a inflação de sopesar os efeitos políticos das decisões da política monetária, não apenas quanto à imagem da autoridade monetária ou da influência política sobre a condução da política monetária, mas, sobretudo quanto aos efeitos que essa política produz sobre as correlações de forças dentro do bloco de poder hegemônico no Estado, e, portanto, sobre a disputa pela hegemonia.

É preciso ter clareza que a política monetária está sujeita a pressões decorrentes das estratégias e interesses de poderosos *stakeholders* que são diretamente afetados pela orientação dessa política. Portanto, não se pode perder de vista que a política monetária tem um impacto muito maior que a variação das estatísticas dos agregados macroeconômicos. Seus efeitos reverberam sobre a vida: o maior exemplo disso é o resultado prático dessas duas décadas de regime de política econômica e de metas de inflação sobre a desigualdade e a pobreza no Brasil. As estatísticas disponíveis mostram que ao longo desses vinte anos praticamente nada mudou, ou mudou muito pouco, ainda assim com enorme lentidão. Basta observar pelo gráfico 4 que foi preciso quase 20 anos para que os 20% mais pobres da população brasileira participassem em 0,9% a mais da renda total produzida por nossa economia: esse contingente participava em 1995 com 2,3% da renda total, e em 2013 participavam com 3,2% da renda total, o que representa também uma queda 0,7 do índice de Gini, também em quase duas décadas. Ora, se a luta pela estabilidade monetária não está a serviço da vida, da redução da pobreza e da desigualdade, estará a serviço do quê?

Gráfico 4: Participação do 20% mais pobres na Renda Total e Índice de Gini - 1995 a 2013



REFERÊNCIAS

Barro, R. **Inflation and growth**. Review of Federal Reserve Bank of St Louis, 1996, vol. 78, nr.3.

Sarel, M. **Non-linear effects of inflation on economic growth**, IMF Staff Papers, 1996, vol. 43.

M.Bruno. **Does inflation really lower growth?** Finance and Development, 1995, vol.32. e M.Bruno e W.Easterly. Inflation and growth: in search of a stable relationship. Review of Federal Reserve Bank of St Louis, 1996, vol. 78, nr. 3.

Ambiente de Negócios para Abertura de Empresas no Maranhão

TEXTO - Ricardo Diniz Dias¹; Alexandre Diniz Dias

Um dos objetivos deste trabalho é avaliar a relevância do tempo e preço de abertura de empresas, assim como o cenário da renda estadual, através do indicador PIB, medido a preços correntes, como incentivos à abertura de empresas no Maranhão. Tem-se assim a função demanda para abertura de firmas

INDIVÍDUOS QUE EMPREENDEM POR NECESSIDADE

$Q = k \frac{PIB^q}{P^n T^m}$, considerando-se três variáveis, *coeteris paribus*, onde Q, P, T e PIB representam a quantidade de empresas abertas, o capital social para abertura, o tempo de abertura e o PIB estadual, enquanto q, m e n representam a sensibilidade da quantidade de empresas abertas em relação ao PIB, preço e tempo.

Os resultados investigados entre 2009 e 2012 mostram que a demanda do empresariado maranhense é pouco sensível à variação do preço de abertura de firmas, posto que a tabela de preço é atualizada com larga esporadicidade, por meio de instruções normativas originadas do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI).

Aplicando-se o logaritmo na função é possível averiguar qual variável mais desloca os valores de Q em um dado tempo. Assim,

$$\frac{\partial P}{\partial Q} = \frac{nkPIB^q}{T^m P^n} = -\frac{nQ}{P}; \quad \frac{\partial P}{\partial T} = -\frac{mkPIB^q}{T^m P^n} =$$

$$-\frac{mQ}{T}; \quad \frac{\partial P}{\partial PIB} = \frac{qkPIB^q}{T^m P^n} = qPIBQ$$

Isso implica que $m = \frac{\ln Q}{\ln T}$; $n = \frac{\ln Q}{\ln P}$; $q = \frac{2 \ln Q}{B^2}$, posto que m, n e q devem ser positivos. »

¹ Graduando de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão

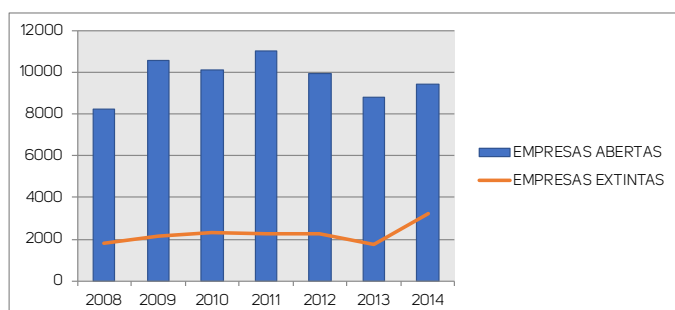
Os valores de T , PIB , P e Q são dados na tabela abaixo:

Ano	2009	2010	2011	2012
T (dias)	108	112	107	119
P (R\$)	678,6	678,6	678,6	678,6
Q	10576	10116	11002	9923
PIB (milhões)	39855	45256	52187	58820

Fonte: Elaborado pelos autores.

As informações referentes aos anos 2009-2012, obtidas a partir de dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), do DREI e da Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA), mostram os valores de $m=1.962$, $n=1.048$ e $q=0$. Os números apontam que a demanda para abertura de novas firmas é muito mais sensível ao tempo despendido para abrir uma empresa (T) do que a variáveis como o PIB estadual e ao preço.

Em 2014, no Maranhão, foram extintas mais empresas do que a média dos últimos cinco anos, estando ainda abaixo da média de constituições de empresas, com exceção dos microempreendedores individuais, conforme segue:



Fonte: Elaborado pelos autores a partir DREI.

Por outro lado, somente em 2015, segundo a Junta Comercial do Maranhão, nos quatro primeiros meses do ano, foram constituídas 6,4% empresas a mais na modalidade MEI do que no mesmo período do ano passado, atingindo a marca histórica de 6.091 constituições. Esse movimento se justifica pelo reenquadramento tributário e pelos indivíduos que empreendem por necessidade, cada qual ao seu peso na média ponderada.

A pressão inflacionária acumulada em mais de 8%, segundo o IBGE, nos últimos 12 (doze) meses, aliada a uma redução na demanda agregada

em todo o país, também provocou uma desaceleração na Administração Pública, setor de preponderância no Maranhão, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). No momento em que os ajustes fiscais elevam os custos das empresas, a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, que criou condições especiais para o trabalhador conhecido como MEI, se apresenta como um bálsamo para os agentes econômicos. Quem adere ao projeto se distancia da burocratização e gera renda para o Estado.

REFERÊNCIAS

GUIDORIZZI, H. **Um Curso de Cálculo**. LTC, 2001.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de Matemática Elementar**, 2: logaritmos. Atual, 2006.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia: Teoria e Política Econômica**. Campus, 2001.

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **PIB do Estado do Maranhão de 2008 a 2012. 2015**. Disponível em: <www.imesc.ma.gov.br> Acesso em: 18 de mai. 2015.

WORLD BANK; DOING BUSINESS. **Going Beyond Efficiency**. Washington: Banco Mundial, 2015. Disponível em: <potugues.doingbusiness.org>. Acesso em: 18 de mai. 2015.

A Suinocultura em São Luís:

Complexidade e Necessidade do Controle de Custos na Produção Animal

TEXTO – Carlinne Farias Santos¹; Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati²

A suinocultura é uma atividade bem consolidada em nível de Brasil devido aos avanços genéticos sanitários, manejo nutricional e acesso ao mercado internacional. No Nordeste, é uma atividade de grande importância socioeconômica, principalmente na geração de renda na agricultura familiar e no abastecimento do mercado interno.

SUINOCULTURA VEM A PASSOS LENTOS NO ESTADO

O crescimento do rebanho na Região vem sendo impulsionado com o crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que vem proporcionando o aumento do rebanho em pequenas e médias propriedades rurais.

Neste contexto, o Estado do Maranhão, privilegiado por natureza e pela sua posição geográfica favorável para expansão na pecuária de corte, representa 4% da produção nacional e 25% da produção Nordestina, assim detém o segundo maior rebanho suíno da Região, perdendo apenas para o Estado da Bahia (IBGE, 2014).

Porém, apesar das condições favoráveis, deve-se ressaltar que há anos o crescimento da suinocultura vem a passos lentos no Estado, pois a desorganização do setor é um fator limitante ao seu crescimento. Ainda que existam fomentos para organizações de suinocultores na formação de criatórios de suínos e associação de criadores, o setor ainda precisa de tecnificação para obter êxito.

A complexidade da atividade exige um sistema de custos. Assim, devido a relevância que os custos têm na produção, é fundamental a adoção do sistema de gerenciamento, que exija controle de orçamento, estoque, insumos e elementos que compoem o patrimônio da empresa rural. A determinação e disposição dos custos nas atividades zootécnicas têm por finalidade identificar como os recursos estão sendo distribuídos e empregados na produção e na propriedade. Porém, apesar da sua importância, a contabilidade e gestão dos custos na atividade rural são ainda incipientes. A contabilidade de custo é essencial para estabelecer medidas de controle que au-

¹ Aluna do 10º Período do Curso de Zootecnia da Universidade Estadual do Maranhão.

² Profa. Adjunta do Departamento de Economia Rural/CCA/UEMA.

xiliam a administração dos recursos disponíveis, assim como definir ações no planejamento, para obtenção de créditos junto às instituições financeiras. Dada tamanha importância do tema, este trabalho teve como objetivo geral compreender o funcionamento da gestão de custos e a estratégia de negócios na suinocultura através do estudo em três granjas: uma considerada grande, uma média e uma pequena, todas localizadas em São Luís. Na escolha das granjas foram levados em consideração a localização, o acesso e a disponibilidade do produtor.

Foi constatado que a atividade é conduzida em sistema intensivo, em confinamento total desde o nascimento até o dia do abate. Apesar da sua importância, foi verificado que a prática da gestão de custos na atividade suinícola no município de São Luís é praticamente inexistente. A respeito dos controles das despesas e receitas e custos, a maioria dos produtores se baseiam por estimativas e dados guardados na memória e pela experiência obtida com a criação. Das granjas analisadas; só uma utiliza um sistema de controle informatizado, com planilhas e softwares apropriados para suinocultura.

A ausência do emprego da gestão de custo e de controles eficientes para a apropriação dos custos de produção deixa em evidência um cenário preocupante, pois é uma área que necessita de impulsos para a capacitação de profissionais que assessorem os proprietários rurais, assim como, a procura por parte dos produtores em busca de auxílios que contribuam para o êxito nas atividades pecuárias.

Pode-se apontar vários motivos que levam ao resultado do não emprego da gestão de custo, tais como: não investir em sistemas que auxiliam o controle de seu patrimônio; falta de assistência técnica e consultorias; falta de incentivos à prática e técnica da contabilidade rural como instrumento de gestão; uso de práticas obsoletas de controle feitas pela maioria dos proprietários. Assim também, como a prática clandestina de exploração, como o abate e a comercialização dos produtos sem Selo de Inspeção Municipal (SIM), o que gera preocupação à saúde pública.

Portanto, a adoção de controles de custos, despesas e receitas, auxiliados com o uso de instrumento de gestão, darão subsídio para tomada de decisão e, ainda, em seu cunho social, contribuirá para maior desenvolvimento do setor pecuário. Pode-se afirmar ainda, que é de grande relevância levar o conhecimento dessas práticas aos pequenos e médios produtores, pois a atribuição de medidas técnicas de desenvolvimento, estratégias, contabilidade rural, controle de custo e gestão geram bons resultados e, consequentemente, maximizam os lucros, potencializam o crescimento no setor agropecuário e impulsionam a ampliação de suas atividades.

REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal**. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp>>. Acesso em 10 nov. 2014.



O Maranhão tem Gás Natural. E o gasoduto?

TEXTO – Daniele de Fátima Amorim Silva¹

O gás natural é uma fonte de energia não renovável, mas com vantagens que se sobrepõem às demais fontes, tais como as vantagens decorrentes da queima completa, alto poder calorífico por unidade de massa, exigindo uma quantidade menor de combustível para um determinado processo; menor emissão de dióxido de carbono, óxidos de nitrogênio e particulados na atmosfera, o que reduz as agressões ao meio ambiente; e ainda aspectos operacionais, tais como um menor dispêndio com a manutenção de equipamentos em comparação com outros combustíveis fósseis.

GÁS NATURAL NÃO POSSUI DEMANDA CATIVA

A despeito dos elevados investimentos iniciais na construção da infraestrutura de transporte, esta modalidade é considerada uma das mais seguras do mundo. Além disso, dispensa gastos com formação de estoque e pode ser utilizado como substituto de qualquer combustível, exceto querosene de aviação (FILGUEIRAS, 2010). Essas características o colocaram no topo da competitividade no mundo inteiro, tornando-se um aspecto fundamental para a redução dos custos de produção. Entretanto, é importante ressaltar que o gás natural não possui demanda cativa, ou seja, o aumento da demanda depende do seu preço em relação ao preço dos combustíveis substitutos.

Nos últimos 20 anos, o consumo de gás natural cresceu 64,7% no mundo, perfazendo 21,4% da matriz energética em 2013. No Brasil, o gás natural passou a ser tratado como insumo competitivo a partir da descoberta da Bacia de Campos, que em 2016 produziu 33,4% do gás consumido no Brasil, e ganhou notoriedade com a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil. Desde então, o governo brasileiro começou a direcionar políticas para a ampliação da exploração e produção de Gás Natural. Primeiro, com a elaboração do Programa Prioritário de Térmicas², ficando estabelecido como meta o alcance de 12% de participação na matriz energética até 2012. Segundo, criando um arcabouço regulatório exclusivo para a indústria de Gás Natural – a Lei 11.909, conhecida como Lei do Gás.

Essa estratégia de expansão da indústria beneficiou Estados que antes não possuíam perspectivas de exploração, como é o caso do Maranhão. A Lei do Gás, por meio de concessão, abriu espaço para

¹ Economista e Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão e chefe de Divisão de Conjuntura Econômica do Imesc.

² O Programa Prioritário das Térmicas foi criado após a crise do setor elétrico em 2000, ancorado na garantia de financiamento dada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico - BNDES e apresentando-se como a melhor forma de aproveitamento do gás natural importado da Bolívia.

players, diferentes da Petrobrás, nas atividades de perfuração e exploração de gás natural nas Bacias do Parnaíba e de Barreirinhas. As reservas provadas resultantes dessa atividade perfizeram 3,1% das reservas totais do país em 2016, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, concentrando-se em 4º lugar no ranking das maiores reservas no território nacional. Isso significa que o Maranhão está à frente de Estados que exploram o Gás Natural há mais tempo. Além disso, com os blocos arrematados no 9º, 11º, 12º, 13º leilões e blocos a serem ofertados na 14ª Rodada de Licitações, com previsão para setembro de 2017, cria-se um cenário favorável ao atendimento do mercado consumidor num horizonte de tempo que dá margem de segurança aos contratos de fornecimento.

A produção de gás natural no Maranhão iniciou-se, de fato, em 2013. Entre 2013 e 2016, a produção média foi de 4,7 milhões de metros cúbicos diários, com picos de 7,7 MMm³/dia no último ano. Hoje, a produção de gás natural disponível (após descontos do gás utilizado na exploração e queima) está sendo utilizada em sua totalidade para abastecer o complexo termelétrico de Parnaíba², em Santo Antônio dos Lopes. A estrutura de distribuição do gás a partir do município de Capinzal do Norte conta com um gasoduto de transferência que interliga a Unidade de Tratamento de Gás da Parnaíba Energia S/A à Usina Termelétrica da Eneva/SA. A Empresa de Gás do Maranhão – Gasmar – é a responsável pelos serviços de operação e manutenção do sistema de distribuição de gás natural às usinas do complexo termelétrico. No entanto, sabe-se que essa forma de utilização do insumo é a que gera menor impacto no Produto Interno Bruto do Estado.

O estudo intitulado 'Impactos Econômicos da Disponibilização do Gás Natural no Maranhão', desenvolvido pela Kaduna Consultoria (2011) em parceria com a Gasmar, mostrou dados importantes sobre as possibilidades de uso do gás como impulsionador da indústria maranhense. Levaram-se em consideração as cadeias produ-

tivas de Alumínio, Ferro e Aço, Papel e Celulose, Cimento, Cerâmica, Gasquímica e Vidro, além do consumo Comercial, Veicular, Termelétrico e Residencial e a avaliação sobre o crescimento econômico do Estado previu um incremento anual de 3,5% a.a ao Produto Interno Bruto - PIB, entre 2014 e 2017, o que significaria uma adição de R\$ 8,8 bilhões no último ano. Para tanto, a Consultoria simula uma malha de gasoduto já ativa no mercado maranhense, situação diversa da que o Estado dispõe hoje.

Estudos apontam que os gasodutos se apresentaram desde o princípio como solução mais adequada e de maior eficiência para o transporte de gás das regiões produtoras aos centros de consumo (FILGUEIRAS, 2010). No entanto, trata-se de uma alternativa com características peculiares, dentre elas: a forte interdependência com os demais agentes da cadeia, o grande volume de capital imobilizado, a elevada especificidade dos ativos e a longa maturação dos investimentos (COLOMER, 2010). Em virtude disso, a maior parte dos gasodutos se viabiliza na firmação de contratos de longo prazo de capacidade primária no intuito de recuperar o capital inicial investido. Colomer (2010) garante que a rentabilidade vai depender da extração de toda a economia de escala existente. Por outro lado, a contratação de capacidade primária somente será possível com o conhecimento dos demandantes potenciais e/ou estabelecimento de um mercado consumidor para esse energético.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2014**: Ano de referência 2013.

BRASIL. Lei nº11.909, de 4 de março de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 4 mar. 2009. Seção 1, p.1.

COLOMER, M.F. **Estruturas de Incentivo ao Investimento em novos Gasodutos**: Uma análise neo-institucional do novo arcabouço regulatório brasileiro. 2010. p.311. Tese de Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

FILGUEIRAS, M. G. P. **A Política de Preços para o Gás Natural no Brasil e seu Impacto sobre a Competitividade e o Desenvolvimento do Mercado Gasífero**. 2009. p.163. Dissertação de Mestrado em Economia, UFRJ Rio de Janeiro, 2009.

GASMAR. **Impactos Econômicos da Disponibilização do Gás Natural no Maranhão**. Consultoria Kaduna. São Luís, 2011.

² Formado por quatro usinas termelétricas (UTEI, UTE II, UTE III e UTE IV). Situa-se no município de Santo Antônio dos Lopes.

Formação do Economista No Brasil:

Breve Relato Histórico

TEXTO - Francisco Pereira Mascarenhas Junior¹

O presente trabalho pretende revisitar um pouco da história do ensino e da profissão do economista no Brasil. Em paralelo, busca-se reconhecer as origens do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

MARCO INICIAL PARA O ENSINO DA ECONOMIA



O ensino da **Economia**, como disciplina, foi formalmente reconhecida no Brasil no século XIX, através Decreto de D. João, em 23 de fevereiro de 1808, que criou no Rio de Janeiro, a disciplina de Ciência Econômica, que ficou sob a tutela do Visconde de Cairú. No mesmo ano foi autorizada a criação de Aulas de Comércio. (CYTRYNOWICZ ; SAES, 2001).

O ano de 1808 deve ser compreendido, dessa forma, como o marco inicial para o desenvolvimento das bases para o ensino da Economia e o que viria a ser profissão de economista no Brasil. Além da importância dada à disciplina, ocorre uma reafirmação da "imagem de Cairú como primeiro economista do Brasil independente: além de conselheiro de D. João na sua chegada ao Brasil - sugerindo a abertura dos portos - Cairú foi também autor de obras de Economia, entre outras os Princípios de Economia Política, publicado em 1804" (CYTRYNOWICZ; SAES, 2001, p. 11).

Já com a declaração da independência do Brasil o ensino da Economia, enquanto disciplina, passou a compor o currículo dos cursos de Direito e de Engenharia.

Paralelamente ao ensino e à discussão da política econômica nos cursos de Direito e Engenharia, as aulas de Comércio se desenvolveram ligadas aos conhecimentos econômicos mais voltados aos problemas práticos de gestão dos negócios. Elas através do Decreto nº 456, foram compostas de disciplinas, como: Matemática, Geografia, Direito Comercial, Economia Política (voltada para questões práticas dos negócios comerciais (Decreto nº 456, de 6 de julho de 1846). »

¹ Graduando em Ciências Econômicas - UFMA

Somente em 1931 o ensino comercial foi elevado à categoria de ensino propriamente universitário. O curso passou-se a chamar de Administração e Finanças conferindo o grau de Bacharel em Ciências Econômicas, com duração de 3 anos (Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931). Apesar do misto de disciplinas envolvidas na formação desse profissional, agora eram acrescentadas o estudo de: História Econômica, Geografia Econômica, Psicologia, Sociologia, Economia Política, Finanças, Economia Bancária, Política Comercial, etc. (Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931).

Havia uma busca pela ampliação das disciplinas de economia dentro dos cursos de Administração e Finanças, entretanto a formação ainda era ampla e ligada às atividades práticas comerciais desenvolvidas. Com esse currículo era difícil de caracterizar o perfil do bacharel em Ciências Econômicas. Concomitante a essas dificuldades, as demandas por profissionais com os conhecimentos de economia cresciam.

Em todo o País, os estabelecimentos de ensino comercial cresciam. Já no Maranhão, a primeira tentativa de criar um curso na área comercial surge em 22 de maio de 1922. Por iniciativa do Centro Caixeiral, seria criada a Escola Superior de Comércio, que logo seria rebaixada ao nível de Escola Técnica. Através da dissidência de alguns membros da direção dessa escola, de acordo com Meireles (1981, p. 25) seria criada “uma segunda escola da mesma natureza – a Academia de Comércio do Maranhão, surgida a 23 de agosto”, no ano de 1926. No Maranhão, assim como no restante do país se criava ou ampliava o ensino comercial.

De acordo com Ferreira (1966) apesar da ampliação do ensino e do reconhecimento através do Decreto de 1931 apenas se criou um bacharel que não encontrava ocupação no mercado de trabalho do profissional liberal.

Somente com o Decreto-Lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945 ocorreu uma verdadeira revolução no ensino. A nova lei “foi um grande passo na formação profissional. Na verdade, foi o

primeiro passo, pois como vimos, o regime anterior era totalmente inadequado para a formação de um técnico” (FERREIRA, 1966, p.32). O novo currículo trouxe um núcleo de formação técnica, dividido entre disciplinas de Teoria Econômica, Política Econômica e as ligadas aos instrumentos de análises. Além disso, o curso de Ciências Econômicas foi inserido dentro do sistema universitário brasileiro de fato.

O Decreto de 1945 foi destacado por Gudin (1956) como a própria criação do Curso de Ciências Econômicas, pois garantiu uma evolução incomparável com a realizada em 1931, com o curso de Administração e Finanças. Já Loureiro (1977) considerou este decreto como marco divisor para a formação e criação das primeiras grandes escolas de Economia. Portanto, podemos considerar o decreto como as bases para o perfil do economista a ser formado no Brasil, como desta Ferreira (1966):

A lei, nesse período, pressupunha que o economista seria o indivíduo dotado de uma formação técnica que o capacitasse a resolver os problemas do desenvolvimento econômico. Mesmo assim, não se possuía, ainda, uma perfeita visão dos atributos essenciais que deveriam nortear a formação do economista. (FERREIRA, 1966, p. 32).

A formação do economista e o perfil deste profissional são realmente lançados através do Decreto-Lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945. Antes disso, de acordo com Loureiro (1977), os economistas eram membros das elites que assumiam cargos por sua inserção política e social, com formação em Direito ou Engenharia, sendo autodidatas em Economia. Loureiro (1966) ainda destaca que o conhecimento econômico e as informações técnicas viraram recurso político, sendo motivo de disputa entre grupos. Segundo Cytrynowicz e Saes (2001, p. 46) os “economistas tornaram-se hegemônicos entre os técnicos em um processo que se inicia nos anos 30 e se consolida nos anos 50, com as agências de economia e planejamento”. Esse processo acompanha o intenso processo de modernização que ocorria no Brasil, iniciado com a Revolução de 1930.

Em 13 de agosto de 1951 foi sancionada a Lei nº 1.411 que dispõe sobre a profissão do Economista. Inicialmente foi garantida o exercício da profissão aos diplomados em Ciências Econômicas no Brasil e dos que embora não diplomados, tivessem uma habilitação para exercer a profissão. A lei da profissão do Economista ainda considerou privativo o “[...] exercício de cargos técnicos de economia e finanças, na administração pública, autárquica, paraestatal, de economia mista, inclusive bancos de que forem acionistas os Governos Federal e Estadual, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público”

Já através do Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, veio à regulamentação da Lei nº 1.411, que definiu as áreas de atuação dos economistas. Para Cytrynowicz e Saes (2001, p. 52) a regulamentação da profissão representa um avanço, pois “o decreto de regulamentação reservou um campo de atuação privativo para os economistas que talvez fosse mesmo além da realidade da época”.

O sucesso da profissão de economista no Brasil e as demandas por esses profissionais pelo Maranhão foi iniciada a luta pela criação da Faculdade de Ciências Econômicas do Maranhão, pelo professor Waldemar da Silva Carvalho, então diretor da Academia de Comércio do Maranhão. De acordo com entrevista do professor Waldemar Carvalho na obra de Farias e Montenegro (2005), o Curso de Ciências Econômicas surgiu com objetivo de garantir quadros para os órgãos públicos, com formação superior, e uma oportunidade para acesso ao ensino superior, já que os cursos em geral eram diurnos. Meireles (1981, p. 25) relata que a Faculdade de Ciências Econômicas foi “criada a 11/08/1958”, mas seu pedido de autorização de funcionamento foi negado, levando o fundador a entrar com recurso. Através do Decreto nº 58.895, de 02/04/1965 foi autorizado o funcionamento do Curso de Ciências Econômicas. Em 1968, por meio do Decreto nº 62.492, de 1º de abril, a faculdade foi incorporada a Universidade do Maranhão. Ainda em 1968, o Decreto nº 63.703 de 28 de novembro reconhece o Curso de Ciências Econômicas.

Os cursos de Ciências Econômicas são ampliados no decorrer dos anos e a profissão de Economista se fortaleceu. Cytrynowicz e Saes (2001, p. 79) destacam que “[...] os anos do “milagre” e mesmo o restante da década de 70 talvez tenham sido a época de maior expansão para a profissão de economista, pois o crescimento da economia foi acompanhada de significativa concentração de capital na esfera das empresas”.

O Economista, segundo Loureiro (1977), passou a ocupar dois tipos de carreiras para o economista do setor público: (i) primeiro de economista dirigente, estes oriundo das grandes escolas do país, sendo responsáveis pela discussão e direção da política econômica do Brasil; (ii) o outro era o funcionário-economista, sendo em geral de origens mais modestas, que através da profissão, conquistaram o prestígio social.

Com as dificuldades e transformações político-econômicas e sociais, que se seguiram pós-milagre econômico, a sociedade demandou um novo perfil de economista. De acordo com Mansur (1995) através das inquietações pós 1970 é gerido entre 1981 a meados 1984 a Resolução Conselho Federal de Educação nº 11/1984, propondo um novo currículo para o curso de Ciências Econômicas.

Para Mansur (1995, p. 3) a reforma curricular de 1984 foi “o movimento pela transformação do ensino da Economia no Brasil”. Com o novo currículo seria possível criar um economista com sólida formação teórica, histórica e instrumental, através do pluralismo metodológico, próprio da ciência econômica. Com o novo currículo seria possível formar um verdadeiro economista, o qual, segundo Buffon e Carcanholo (1995, p.19) deveriam ter um “elevado grau de criatividade e ousadia para enfrentar os problemas novos, capaz de aceitar desafios que a vida diária e a prática constantemente nos estão lançando”.

A ideia de perfil e formação do economista proposto no currículo de 1984 vai ao encontro do proposto por Furtado (1962) onde o deveria ter “uma base metodológica sólida e clara compreensão do método científico em geral tende a ser

quase necessariamente, entre nós, heterodoxo". O economista deveria ter segundo o discurso do currículo de 1984 e de Furtado (1962) uma formação sólida, com pluralidade metodológica. Confirmando essa visão Costa (2014, p. 37) afirma que "O universo é composto de uma pluralidade de elementos fundamentais, que, embora heterogêneos, mantêm concatenação entre si", assim, é necessário um ensino capaz de representar essa diversidade.

Já o parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 95/2007 defende o pluralismo metodológico e o caráter plural das Ciências Econômicas. Entretanto, existe uma hegemonia da teoria neoclássica no Brasil e no mundo. Essa hegemonia, pós-crise, foi questionada por estudantes do mundo todo.

Como destaca Costa (2015, p. 108), "com a explosão da crise, em vários países, grupos de estudantes de Economia passaram a organizar-se para exigir reforma nos programas curriculares da disciplina. Questionando a hegemonia da teoria neoclássica até hoje em vigor, a excessiva utilização de modelos matemáticos e a desconexão entre Economia e questões econômicas reais". Costa (2015) destaca ainda a necessidade do ensino com abordagem pluralista, vendo a economia com um sistema complexo (interação das disciplinas e construção do conhecimento multidisciplinar).

Sem dúvida, a formação e a profissão de economista tem evoluído consideravelmente. Entretanto, para se ter um profissional capaz de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais da sociedade brasileira (em conjunto com as funções econômicas mundiais) é extremamente necessário um ensino, com pluralismo de ideias, contextualização com a realidade e consciência social.

REFERÊNCIAS

ANGE, Cadernos. **Novas diretrizes dos Cursos de Ciências Econômicas 2006**. (Inclui anexo: Parecer CNE 380/2005 aprovado em 06/11/2005; Resolução ME 07/2006 de 29/03/2006; Parecer CNE 184/2006 aprovado em 07/07/2006). snt. (Cadernos ANGE: Orientação Acadêmica n.1).

BRASIL. Decreto nº 456, de 6 de julho 1846. Manda executar o regulamento da Aula de Comércio da cidade do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1846, v. 1, pt. II, p. 63.

_____. Decreto nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Diário Oficial, 26/09/1945, p. 15297.

_____. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 13/02/1932, p. 2625 (Republicação).

_____. Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei nº 1.411 de 13 de agosto, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d31794.htm> Acesso em: 19 de maio de 2017.

_____. Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951. Dispõe sobre a profissão de Economista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1411.htm> Acesso em: 19 de maio de 2017.

COSTA, Fernando Nogueira da Costa. **Ensino e Pesquisa em Economia**. 2015. 246 f. (Professor Titular)- Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

CYTRYNOWICZ, Roney; SAES, Flávio A. M. **História da Ordem dos Economistas de São Paulo 1935-2001**: ensino, pesquisa e profissão do economista em São Paulo. São Paulo: Narrativa Um, 2001.

FARIAS, Regina; MONTENEGRO, Antonio. **Memória de professores**: histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: UFMA, 2005.

FERREIRA, Manoel Orlando. **A formação do economista no Brasil**. 1966. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1770/2786>> Acesso 18 de maio de 2017.

FURTADO, Celso. 1962. **A formação do economista em país subdesenvolvido**. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.com.br/arquivos/imagens/201108311213180.A_formacao_do_economista_em_pais_subdesenvolvido.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

GUDIN, Eugênio. 1956. **A Formação do Economista**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1887/2660>> . Acesso em: 25 de maio de 2017.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os Economistas no Governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MANSUR, P. J. **A formação do economista no Brasil**; BUFFON, J. A. e CARCANHOLO, R. A. Sobre o ensino da economia no Brasil; ANAIS do IX Congresso Nacional da ANGE. Vitória: UFES, 1995. (Cadernos ANGE de Orientação Acadêmica n. 2).

MEIRELES, Mário Martins. **Ensino Superior no Maranhão**: esboço histórico. São Luís: UFMA, 1981.

Origem e crescimento do empreendedorismo nas universidades brasileiras

TEXTO - Igor Pereira Martins¹

Hoje, o Brasil conta com 2.391 universidades, onde estudam cerca de 7,3 milhões de pessoas, em 32 mil cursos de graduação, espalhados por todo os estados da federação. Nos últimos 10 anos o número de ingressantes na graduação teve um aumento de 76,4%.

MOVIMENTO NÃO ENCONTRA SUPORTE NAS UNIVERSIDADES

Certamente esses não são números a serem desprezados. Mas, até que ponto todo esse potencial da elite intelectual brasileira está sendo de fato aproveitado para mudar a realidade das comunidades a que pertencem?

Iniciativas não faltam. De empresas juniores a ligas universitárias, várias oportunidades são criadas a cada dia. A primeira tem cada vez mais se difundido na cultura universitária da nação. Elas são de suma importância para fortalecer o empreendedorismo tanto em sala de aula quanto fora dela. Empreendedorismo esse que não se resume apenas à prática empresarial mas também à busca por soluções para os problemas enfrentados pelas suas comunidades, o aprendizado sobre questões gerenciais, fortalecimento de qualidades interpessoais e para colocar em prática os conhecimentos aprendidos em sala de aula.

Atualmente, no Brasil, são mais de 27.000 universitários espalhados em mais de 1.200 empresas juniores as quais realizam cerca de 2.000 projetos por ano nesse tipo de associação. A Brasil Júnior é a confederação brasileira de empresas juniores e, em âmbito estadual, a federação estadual de empresas juniores é a Maranhão Júnior. O chamado Movimento Empresa Júnior, ou MEJ, está espalhado por todo o globo, trazendo sempre a proposta central de difundir conhecimento e prática a todos os envolvidos. Tal movimento foi iniciado na França na década de 60 e chegou ao Brasil através da Câmara de Comércio Franco-Brasileira na década de 80.

Recentemente uma nova lei foi aprovada e sancionada para disciplinar a criação e organização de empresas juniores. Conforme o texto, essas empresas serão organizadas sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, integradas por estudantes voluntários para prestar serviços e realizar projetos na socie-

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas e Conselheiro da Empresa Júnior de Economia - EJECON

dade. Esse é um grande avanço para a popularização e desenvolvimento das mesmas.

Contudo, o caminho a ser trilhado ainda encontra algumas barreiras. Rotineiramente, esse tipo de movimento não encontra suporte nas universidades e na comunidade acadêmica a qual pertencem. Isso se deve em grande parte à falta de informação sobre as atividades realizadas, os objetivos e procedimentos dessas organizações.

No Maranhão, tudo começou com a criação de três EJ's: EJAD da UEMA, LABOTUR e CONNECTION da UFMA. Este ano o MEJ maranhense completa 24 anos, apesar da Maranhão Júnior ter sido criada apenas em 2013.

Frequentemente novas empresas são abertas ou reativadas e as empresas em atividade procuram expandir suas áreas de atuação e aperfeiçoar o aprendizado técnico dos membros. Diversos cursos da UFMA e da UEMA, assim como de algumas universidades particulares, possuem empresas em funcionamento.

Dessa maneira, a comunidade acadêmica se serve de um grande instrumento para empreender dentro do ambiente universitário. Criar soluções, inovar e aprender é a missão de todos aqueles que fazem parte do movimento.

A Empresa Júnior de Economia - EJECON está há 14 anos na Universidade Federal do Maranhão prestando serviços à comunidade, organizações públicas e privadas.

REFERÊNCIAS

Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em 15/05/2017.

O que é o MEJ? Disponível em: <<http://www.ejecon.ufma.br/index.php/sobre-mej/>>. Acesso em 15/05/2017.

Histórico do MEJ. Disponível em: <<http://brasiljunior.org.br>>. Acesso em 15/05/2017.



O verdadeiro sentido dos Blocos Econômicos

TEXTO - Michel Augusto de Souza Teixeira¹

A compreensão dos fatos históricos deve ser elucidada por um método em que sempre se relacionam aspectos pretéritos com os do porvir. Em outras palavras, pode-se dizer que conhecer a história é saber a origem que nos leva a entender o hoje e a prever o amanhã.

COLOCAR EM PRÁTICA OS CONHECIMENTOS

Assim, para a discussão da formação e impacto dos blocos econômicos modernos, é necessário entender o processo histórico que os formou, iniciando pelo mercantilismo.

O mercantilismo foi um conjunto de práticas econômicas adotadas pelas nações europeias no início da Idade Moderna, que visava o fortalecimento dos Estados Absolutistas através da expansão comercial e do acúmulo de metais preciosos.

No geral, existiram três tipos de mercantilismo: o metalismo, o mercantilismo industrial e o mercantilismo comercial. A revolução imposta pelas grandes navegações e pela intensa competição entre os Estados dinamizou a economia mundial e deu origem a novas alternativas de acumulação de capital, como incentivos às manufaturas, meios de industrialização, monopólios coloniais e colônias de exploração, possibilitando então as inovações tecnológicas da Revolução Industrial.

A Revolução Industrial acirra a disputa comercial entre os Estados e desenha uma nova ordem mundial de caráter hegemônico, onde os países europeus têm um forte poder econômico em relação aos demais. As crescentes batalhas comerciais do mundo pós-Revolução Industrial desembocam em uma conturbada realidade do sistema econômico global no século XX, com especial atenção às duas Grandes Guerras.

Dentre as inúmeras consequências desse trágico período da história mundial e, especificamente, da Segunda Guerra, destaca-se a mudança do poder global. As inúmeras batalhas em solo europeu devido à participação ativa de seus principais países na guerra, bem como o enorme poder norte-americano no mundo capitalista, deixaram em aberto o lugar de potência mundial que os países europeus ocupavam desde a Primeira Revolução Industrial. Por outro lado, duas nações de extrema importância

¹ Economista pela Universidade Mackenzie São Paulo

para o desfecho da segunda guerra, os Estados Unidos com o Plano Marshall e a União Soviética através do Conselho de Assistência Mútua, tornam-se potências emergentes e grandes candidatos a assumir o antigo trono europeu. Assim, o final da Segunda Guerra Mundial dá início à Guerra Fria.

Apesar da força de ambas as nações, no terreno econômico havia uma nítida vantagem dos Estados Unidos sobre a União Soviética, o que se deve principalmente por dois fatores: primeiramente, pelo acúmulo de riqueza obtida através do fornecimento de armas e alimentos para guerra, estimando-se que os Estados Unidos possuíam aproximadamente 70% do ouro mundial, fato decisivo para que o dólar fosse adotado como moeda oficial das transações internacionais durante conferência de Bretton Woods, em 1944. O segundo fator que também deve ser visto como o marco da vitória americana foi o ótimo momento pelo qual passava o sistema capitalista. Assim, o fim da Guerra Fria não representa apenas a vitória do modo de produção capitalista sobre o comunismo, mas também uma mudança na Nova Ordem Mundial onde o poder global europeu – predominante desde a Revolução Industrial – dá lugar ao imperialismo norte-americano.

A queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética dão início a uma nova tendência mundial marcada pela interdependência entre os países e pela concentração do poder em macro-áreas e, a partir de então, os Blocos Econômicos passam a fazer parte das batalhas comerciais mundiais, atribuindo um caráter multipolar à Ordem Mundial. Dentre os fatores que influenciaram na formação dos Blocos Econômicos, destaca-se a globalização. O estágio complexo no qual se encontra o mundo capitalista requer uma crescente interdependência entre os países. Porém, ao contrário do que muitos pensam, a globalização não deve ser encarada como algo que surge em prol do bem estar social global; representa, na verdade, um meio tendencioso, onde a liberdade dos capitais acaba fortalecendo o domínio dos países desenvolvidos sob os subdesenvolvidos.

Além disso, há de se considerar outros fatores importantes à formação desses conglomerados como a maior agressividade comercial, o protecionismo latente, a exigência de vultuosos investimentos para o desenvolvimento de novas tecnologias e a consequente necessidade de maiores economias de escala. Portanto, a formação dos blocos econômicos é uma ação racional de cooperação enquadrada na economia neoclássica, que favorece a criação de mercados cada vez maiores e oferece alternativas de desenvolvimento, além de estimular investimentos e dinamizar o comércio interior e exterior. Em síntese, os Blocos Econômicos surgem como estratégia à guerra comercial capitalista do século XX. São armas, capazes de exterminar alguns concorrentes e evitar que eles façam o mesmo.

Os Blocos Econômicos são estruturas de defesa à forte concorrência comercial, uma tática de guerra que herda características nacionalistas e protecionistas desde a política mercantilista.

REFERÊNCIAS

- COMISSÃO EUROPEIA. **A política fiscal na União Européia**. Série: A Europa em Movimento. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2000.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahra Editores, 1965.
- DUPAS, Gilberto. **Atores e Poderes na Nova Ordem Mundial**. Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FIORI, J.L. Sobre o poder global. **Revista Novos Estudos**, n. 73, pp. 61-72. São Paulo: Cebap, Novembro de 2005.
- GRIECO, Francisco de Assis. **A supremacia americana e a ALCA**. São Paulo: Aduaneiras, 1998.
- HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções (1789 – 1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **A Era do Capital (1848 – 1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **A Era do Capital (1848 – 1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MARX, Karl. **O Capital**. 3ed. São Paulo: Nova Cultural, 5 vol., 1988.

Algumas Considerações Sobre o Orçamento Público Brasileiro

TEXTO - Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza¹

Segundo Sabbag (2006, p. 22) o orçamento tradicional caracteriza-se “por estar a serviço do Estado Liberal, vocacionado para a manutenção do equilíbrio das contas públicas e a máxima contenção de gastos”.

O ORÇAMENTO PÚBLICO É O MAIS IMPORTANTE INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

Com isso, pode-se inferir que o papel do orçamento no Estado Liberal era de possibilitar o controle político das atividades executivas, pela comparação das despesas realizadas e das receitas previstas.

Vale ressaltar que as modernas concepções do orçamento público como sistema de planejamento, gestão e controle da administração pública estão relacionadas a modificação do papel do Estado Liberal.

Conforme explica Slomski (2003, p. 304), o orçamento público é:

[...] uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as políticas públicas para o exercício a que se referir; terá como base o plano plurianual e será elaborado respeitando-se a lei de diretrizes orçamentárias aprovada pelo Poder Legislativo. E seu conteúdo básico será a estimativa da receita e a autorização (fixação) da despesa, e será aberto em forma de partidas dobradas em seu aspecto contábil.

Tecnicamente, o orçamento público é o mais importante instrumento de planejamento para a administração pública, onde constam todas as receitas e despesas que serão executadas em determinado exercício.

Contudo, o orçamento público no estado capitalista é visto como uma peça contábil de grande disputa política entre diferentes forças da sociedade, para concretização de interesses privados.

O orçamento público, por ser uma peça operacional, exige análise detida sobre o assunto, assim como dificulta a percepção das contradições existentes no próprio orçamento. »

¹ Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão (2007), graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2005) e mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2016). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Administrativo e Constitucional. Tem experiência na área Contábil, com ênfase em Perícia, Auditoria e Controladoria. Especialista em Gestão Pública.

Nessa situação, percebe-se que o desconhecimento por grande parte da população quanto à importância do orçamento público para a consecução das políticas públicas dificulta a participação de sociedade nos processos decisórios acerca do orçamento.

Diante disso, observa-se que o orçamento público é analisado, por grande parte da doutrina, apenas como uma peça técnica e formal, fazendo transparecer uma lacuna nos estudos de políticas sociais no que diz respeito a uma literatura crítica para a compreensão e análise do orçamento público.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Na Idade Antiga não se podia falar de orçamento público, haja vista que, naquele tempo, havia uma grande confusão patrimonial entre bens do Estado e de seu administrador.

Ademais, naquela época não havia a necessidade técnico-administrativa de racionalização dos gastos e da demonstração destes ao povo contribuinte, tanto quanto a origem do dinheiro quanto a aplicação deste, uma vez que o povo não era participante da formação da vontade do Estado.

Na Idade Média, igualmente a Idade Antiga, não se podia falar de controle orçamentário, mas era intuitiva a necessidade de abastecimento do erário para suportar os gastos dos príncipes.

Contudo, a história do orçamento público se inicia quando:

“[...] as instituições feudais, fracionando o poder real, ou imperial, confundiram receitas privadas do domínio do príncipe, – o maior latifundiário da época, com receitas autoritárias, das quais obtinham imunidade os senhores poderosos vinculados à coroa por pactos de lealdade contra inimigos comuns. Os reis, na Europa medieval, viviam de rendimentos dominiais de suas terras e de direitos regalianos, limitada a tributação a formas suaves e tradicionais” (BALEEIRO, 1986, p. 389).

Sendo assim, observa-se que o orçamento público nasce no contexto de controle do Estado

autoritário, que manda, alicerçado na força, que não responde pelos seus atos.

Nessa direção, faz sentido asseverar que na Inglaterra, em 1215, durante o reinado do Rei João Sem Terra, foi assinada a Carta Magna, que evidenciou a limitação do rei em criar novos impostos, haja vista a necessidade de autorização do Conselho do Reino para tal finalidade.

Segundo Silva (2004, p. 27), a nobreza inglesa “não estava preocupada com as despesas do rei, mas com os tributos que este lhes impusera”. A partir daí, surge a luta pelo controle parlamentar das finanças públicas.

Nesse sentido, Baleeiro (1986, p. 389) preleciona que:

“[...] esses estilos provam que desde a baixa Idade Média, no seio de vários povos da Europa encontravam dificuldades em criar impostos novos e majorar os antigos, ou levar empréstimos forçados, sem consentimento de certos órgãos colegiados, que pretendiam falar em nome dos contribuintes.

Na Idade Moderna, por sua vez, a ideia do orçamento público, como controle do Estado, é desenvolvida dentro do constitucionalismo². No interior desse movimento, surgiram as mais diferentes declarações de direito como, por exemplo, as Declarações de Direitos da Revolução Francesa de 1789.

A Constituição Francesa, pós-revolução de 1789, consagrou o princípio de que “nenhum imposto pode ser cobrado sem o consentimento da nação”. Com isso, em 1817, a Assembleia Nacional determinou que a votação de receitas e despesas pertencia, exclusivamente, aos representantes do povo e, conseqüentemente, o controle político sobre os recursos públicos.

De acordo com Oliveira (2008, p. 297), a grande revolução sobre o orçamento público ocorreu:

“[...] com o início do Estado liberal clássico e término do Estado Absolutista. Este controlava tudo e não prestava contas a quem quer que seja. Logo, o erário se confundia com o fisco e, pois, despendendo era a ideia de orçamento.

² Segundo Tavares (2002), o constitucionalismo é um movimento de grande alcance jurídico e, também, sociológico, pois se revela pela pregação de um sistema dotado de um corpo normativo máximo, que se encontra acima dos próprios governantes – a Constituição; e, na movimentação social, que se confere a base de sustentação dessa limitação de poder, impedindo que os governantes passem a fazer valer seus próprios interesses e regras na condução do Estado.

Assim, nasce o Estado moderno que, consoante Torres (2006, p. 171) é “a particular dimensão do Estado de Direito apoiada nas receitas, especialmente a tributária, como instrumento de realização das despesas. O Estado orçamentário surge com o próprio Estado moderno”.

Com isso, percebe-se que o constitucionalismo, dentro do instituto da universalização dos direitos fundamentais, alcançou o campo dos “Direitos Financeiros, Econômicos e Tributários” conhecidos e nele apregou o direito de não ser espoliado por um soberano, levando, assim, a legitimidade democrática ao seu fundamento.

No âmbito brasileiro, a luta pelo controle orçamentário ocorre após o descobrimento do Brasil, na relação metrópole e colônia por meio do Pacto Colonial, que se caracterizava por um acordo de exclusividade que a metrópole exercia sobre as colônias.

Nesse período, várias lideranças se insurgiram contra a cobrança de impostos feita pela Coroa portuguesa e, uma delas, foi a de José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, em 1789, na chamada Inconfidência Mineira.

Entretanto, somente com a vinda de D. João VI, em 1808, que foi criado o Erário Régio e instituído o Conselho da Fazenda para administrar, distribuir, contabilizar e proceder aos assentamentos necessários ao patrimônio real e fundos públicos do Brasil.

Posteriormente, o modelo orçamentário brasileiro sofreu um grande avanço na concepção e organização do orçamento público com a edição da Lei nº 4.320/64, sendo ela recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

Mesmo assim, o controle orçamentário continua restrito ao aspecto formal-administrativo, pautado numa fiscalização dissociada da avaliação do cumprimento de metas do próprio governo e sob a hegemonia do poder executivo na decisão sobre a origem e destino dos recursos (SALVADOR, 2014).

Destarte, observa-se que o surgimento do orçamento público não teve origem em preocu-

pações técnicas, com o intuito de racionalizar a relação entre receitas e despesas, mas sim, decorreu de uma grande luta política que intentava limitar as forças do Estado na tributação.

Segundo Salvador (2012, p. 5), o orçamento público é “que garante concretude à ação planejada do Estado e espelha as prioridades das políticas públicas que serão priorizadas pelo governo”.

O orçamento público brasileiro está disciplinado pela Constituição Federal de 1988, a qual trouxe mudanças a tal instrumento contábil, dentro do capítulo das Finanças Públicas, uma seção exclusiva para o orçamento público³.

De fato, o orçamento público, como instrumento de planejamento⁴ do Estado, adquiriu distintos aspectos e funções que caracterizam sua execução.

Quanto às suas funções, o orçamento público se apresenta com as seguintes características: alocativa, que promove ajustamentos na alocação de recursos; distributiva, que promove ajustamentos na distribuição de renda; e, reguladora, que mantém a estabilidade econômica.

Segundo Baleeiro (1986), o orçamento público apresenta os seguintes aspectos: político, econômico, técnico e jurídico; sendo que cada um deles tem caráter fundamental na análise do orçamento.

No aspecto político, o orçamento público expõe as políticas públicas estatais as quais envolvem decisões de caráter coletivo do país. Nesse caso, o orçamento revela:

[...] com transparência em proveito de que grupos sociais e regiões ou para solução de que problemas e necessidades, funcionará precipuamente a aparelhagem de serviços públicos. Por exemplo, se o custeio respectivo será suportado com mais sacrifícios por esses mesmos grupos sociais ou por outros; enfim, a maior ou menor liberdade de ação do Poder Executivo na determinação de todos esses fatos do ponto de vista de regiões, classes, partidos, interesses e aspirações etc. (BALEIRO, 1986, p. 387).

Quanto ao aspecto econômico, a peça orçamentária relacionará as receitas às despesas, de modo a compatibilizar as pretensões com as possibilidades do respectivo Estado. Pela sua carac-

³ Na Constituição Federal, o tópico que trata “Dos orçamentos” está contido entre os artigos 165 a 169, na seção II, do capítulo II (Das finanças públicas), constante no título VI (Da tributação e do orçamento)

⁴ O planejamento orçamentário estabelece a previsão de receitas públicas e a estimativa das despesas públicas, num determinado período.

terística econômica, o Estado tentará agir com o objetivo de manter o orçamento público equilibrado, objetivando evitar déficit a longo prazo que possa comprometer o potencial de investimento econômico do Estado na sua própria economia.

No tocante ao aspecto técnico, este decorre do fato de que o orçamento público é elaborado por meio de normas de contabilidade pública, seguindo rígidas regras contábeis.

Preleciona Baleeiro (1986, p. 388) que o orçamento público, no aspecto técnico, consiste no:

[...] estabelecimento das regras práticas para a realização dos fins indicados nos itens anteriores e para classificação clara, metódica de despesas, processos estáticos para cálculo tão aproximado quanto possível duma e doutros, apresentação gráfica e contábil do documento orçamentário etc.

E, por último, o orçamento público sob o aspecto jurídico, que diz respeito à natureza do orçamento à luz do ordenamento jurídico, sendo este materializado por intermédio de três leis (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA), sendo elaborado pelo poder executivo e sujeito à aprovação pelo Poder Legislativo.

Diante disso, nota-se que o orçamento público, é de iniciativa do Poder Executivo, mas deve ser votado e aprovado pelo Poder Legislativo, ou seja, a Constituição de 1988 intentou aumentar a legitimidade democrática do orçamento público ao condicionar sua execução à aprovação pelos representantes do povo.

3 A NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO

Uma das questões mais controvertidas na doutrina e na jurisprudência dos tribunais, no que tange o orçamento público, está em determinar a sua natureza jurídica.

Nessa situação, existem várias correntes doutrinárias que tratam o orçamento público como: lei formal, lei material, lei especial ou mero ato administrativo.

Além disso, há doutrinadores que colocam o orçamento público como um instrumento de na-

tureza mista, pois mescla as diferentes doutrinas como, por exemplo, aqueles que consideram o orçamento como um ato administrativo revestido, externamente, por uma lei formal.

De fato, o orçamento público é considerado uma lei ordinária, tendo em vista: a) que seu documento nasce de um projeto de lei; b) que pode sofrer emendas parlamentares; c) que recebe parecer da comissão de orçamento; d) que é aprovado pela maioria simples.

Além disso, mesmo se tratando de uma lei ordinária, o orçamento público recebe um tratamento constitucional diferenciado ao das demais leis genéricas no conteúdo e na forma, pois:

a) o orçamento tem prazo próprio para ser encaminhado ao Congresso (art. 35, § 2º, do ADCT);

b) o orçamento tem conteúdo limitado a relacionar despesas às receitas (art. 165, § 8º, da CF/88)

c) o orçamento público não pode ser objeto nem de Lei Delegada nem de Medida Provisória, ressalvada a abertura de créditos extraordinários (art. 62, § 1º, da CF/88);

d) as emendas ao orçamento são limitadas pela própria Constituição (art. 166, § 3º, da CF/88);

e) o prazo de vigência é determinado, não havendo necessidade de revogação expressa.

Diante das correntes doutrinárias citadas, pode-se dizer que a menos difundida entre elas seria a que considera o orçamento uma lei especial, por ser diferente das demais leis ordinárias, onde tem seu maior expoente Kiyoshi Harada (2002, p. 75) que caracteriza o orçamento como “uma lei anual, de efeito concreto, estimando as receitas e fixando as despesas, necessárias à execução da política governamental”.

Contudo, a corrente doutrinária majoritária entende que o orçamento público é um mero ato administrativo. Tal entendimento foi bastante difundido, haja vista que o Poder Executivo, beneficiado pela teoria do orçamento como mero ato administrativo, se sobrepõe ao Poder Legislativo, ao considerar o orçamento público um ato condi-

ção impassível de apreciação judicial quando do seu possível descumprimento.

De fato, independentemente do orçamento público ter natureza de lei especial ou de ato administrativo, o debate acerca da natureza jurídica do orçamento público envolve grandes discussões que vão muito além da mera disputa teórica.

Nesse caso, a importância de se definir a sua natureza está em seus reflexos no arcabouço estatal, pois influenciam algumas questões relevantes:

a) a obrigatoriedade ou não do cumprimento dos programas e a realização das despesas nele previstas pelo Poder Executivo;

b) o surgimento ou não de direitos subjetivos para o cidadão, a ensejar a judicialização, não apenas dos programas e despesas previstas na lei orçamentária, mas também dos direitos fundamentais e dos direitos sociais constitucionalmente garantidos;

c) possibilidade de controle constitucional (ABRAHAM, 2010, p. 218).

Diante dessa situação, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a natureza jurídica do orçamento seria um ato de efeito concreto, específico e de caráter individual, conforme descrito na ADI 2.484⁵, de relatoria do Ministro Carlos Velloso, julgado em dezembro de 2001, na qual se defendeu na ementa que:

a) leis com efeitos concretos, assim atos administrativos em sentido material: **não se admite o seu controle em abstrato, ou no controle concentrado de constitucionalidade;**

b) Lei de diretrizes orçamentárias, que tem objeto determinado e destinatários certos, assim sem generalidade abstrata, é lei de efeitos concretos, que **não está sujeita à fiscalização jurisdicional no controle concentrado** (grifo nosso).

Posteriormente, o STF mudou o entendimento quanto à possibilidade de controle abstrato e concentrado de constitucionalidade das leis orçamentárias (PPL, LDO e LOA).

Essa mudança decorreu da judicialização das políticas públicas, principalmente das políticas públicas de saúde, que tem sua execução depen-

dente de receita orçamentária destinada a garantir a devida efetividade das normas que preveem os direitos fundamentais sociais.

Nesse sentido, é importante frisar que a importância do acórdão proferido na ADI 4.048⁶, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, que relatou o seguinte:

[...]III. CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS ORÇAMENTÁRIAS. REVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA. O Supremo Tribunal Federal deve exercer sua função precípua de fiscalização da constitucionalidade das leis e dos atos normativos quando houver um tema ou uma controvérsia constitucional suscitada em abstrato, independente do caráter geral ou específico, concreto ou abstrato de seu objeto.

Destarte, o entendimento do STF de não intervenção em assuntos considerados *interna corporis* no Poder Executivo, vem sendo, paulatinamente, substituída pelo que se tem chamado de ativismo judicial, a qual vem, por exemplo, promovendo a judicialização das políticas públicas de saúde para efetivação dos direitos sociais.

4 VISÃO CRÍTICA SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO

De fato, o orçamento público não se limita a um instrumento contábil, de cunho técnico-formal, pois para desvelar o objetivo real do orçamento público, deve-se proceder a uma análise crítica deste para além dos manuais tradicionais⁷, ou seja, é necessário fazê-lo em conjunto com o próprio Estado, pois, segundo Mascaro (2013, p. 63), “o Estado é a forma política do capitalismo”.

Diante de tal constatação, faz-se oportuno mencionar um trecho da obra de Farias (2001, p. 24) que diz:

Os formalistas propõem a noção do “dever-ser” sem referência substancial ao conceito do ser social. **O conceito do Estado de direito que utilizam esconde ainda mais a relação orgânica entre o Estado e o capital.** Assim, afirmam que tudo é regulado por intermédio do direito, e que o próprio direito funda o Estado. (grifo nosso)

Nesse caso, é necessário entender o Estado no contexto do capitalismo contemporâneo para

⁵ Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2484/DF, Relator Ministro Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 19/12/2001.

⁶ Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4048/DF, Relator Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJ 14/05/2008.

poder retratar as funções “reais” do orçamento público, pois tal instrumento de planejamento é, desde suas origens, uma peça de cunho político.

O Estado, no pensamento marxista, se manifesta como uma instituição “acima de todas as outras” (BOTTOMORE, 2001, p. 133), cuja função é a de assegurar e conservar a dominação e a exploração da classe burguesa sobre o proletariado.

Segundo Diógenes e Resende (2007), o Estado expressa-se em dois níveis no fenomênico quanto ao essencial:

a) no primeiro nível manifestam-se as relações sob a forma de aparência, que é a sua forma de governo, a legitimação do Estado por meio da democracia formal burguesa.

b) no segundo, sob o aspecto de ocultação, encontra-se a forma-Estado, que é a essência, resultante da divisão capitalista do trabalho, cujo eixo é a manutenção da dominação política de uma classe sobre as demais, onde a base de ação política é a luta de classes.

Diante disso, nesse jogo de contradições presentes no Estado burguês, pode-se fazer uma análise do orçamento sobre esse paradigma. Contudo, para se falar de orçamento público, faz-se necessário entender o que é fundo público⁸.

O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia. No capitalismo, o fundo público exerce uma função ativa nas políticas públicas macroeconômicas sendo “essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais” (SALVADOR, 2014, p. 16).

Nesse caso, observa-se que o fundo público é importante tanto para o alargamento das políticas sociais, objetivando a expansão do mercado consumidor, quanto para financiar as políticas anticíclicas em períodos de retração da economia.

De fato, ratificando o entendimento acima, é importante frisar que o fundo público “é determinante na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital” (SALVADOR, 2014), assim como na reprodução da força de trabalho.

Depois de discorrer brevemente sobre o fundo público, faz-se necessário tratar do orçamento público, documento este que, em sua aparência, informa os objetivos e os gastos do Estado, do qual refletirá, ocultamente, a correlação de forças entre o proletariado, que pugna garantir recursos para as políticas sociais, e a fração de classe, que almeja os recursos públicos para financiamento do capital.

O orçamento público traduz as aspirações humanas em recursos financeiros num espaço, em que os recursos são limitados e as vontades pessoais infinitas.

Nessa situação, os conflitos são inevitáveis, haja vista que “a riqueza social e a capacidade de planejamento são postas à prova nas linhas do orçamento, como um espaço em disputa pela luta de classes” (VIANA, 2014, p. 48).

Destarte, o processo orçamentário é muito questionado em virtude da alocação dos recursos públicos serem determinados por meio de processos políticos, que, ao final, serve para a reprodução do capital, bem como na reprodução da força.

5 BREVE CONCLUSÃO

Em tempos de crise do capital, a disputa de recursos públicos, no âmbito do orçamento público, tem sido intensa, pois, nas decisões sobre os objetivos de gastos do Estado e a fonte de recursos, ocorre um confronto de forças, onde se observa, de um lado, algumas frações de classe que necessitam de recursos para o financiamento do capital, e, de outro, os trabalhadores que buscam garantir recursos para o financiamento e o investimento nas políticas sociais.

⁷ Segundo Salvador (2014), o orçamento público é a expressão mais visível do fundo público.

⁸ Autores como Harada (2002), Oliveira (2008), Silva (2004), Slowski (2003) e Torres (2006).

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Marcus. **Direito financeiro brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 fev. 2015, 20:57.
- DIÓGENES, Elione Maria N.; RESENDE, Fernanda M. P. Estado, classes sociais e políticas públicas. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, MA, 28 a 30 de agosto de 2007.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **O estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. São Paulo: Atlas, 2002.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SABBAG, César de Moraes. **Orçamento e desenvolvimento**. São Paulo: Millenium Editora, 2006.
- SALVADOR, Evilásio; TEIXEIRA, Sandra. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social Revista**. Londrina, PR, v. 14, n. 2, p. 04-22, jan./jun. 2012.
- _____. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, MA, v. 18, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 2014.
- SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 13. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- VIANA, Nelson Corrêa. Orçamento público: modelos, desafios e crítica. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, MA, v. 18, n. 1, p. 45-57, jan./jun. 2014.

ENTRE- VISTA COM FELIPE DE HOLANDA



1. Há aproximadamente dois anos e meio iniciou-se sua gestão no IMESC. Como está o andamento dos trabalhos e quais são os planos futuros para o Instituto?

2. Uma das temáticas abordadas pelo senhor para se alcançar o desenvolvimento do Estado, refere-se ao adensamento das cadeias produtivas. Qual papel vislumbrado pelo IMESC para contribuir com este feito?

3. O IMESC divulga uma série de informações socioeconômicas como o cálculo do PIB estadual e dos municípios maranhenses. Que outras pesquisas o Instituto realiza? Onde podemos encontrá-las?

4. O IMESC junto à SEPLAN auxiliam no planejamento do Estado. Diante das perspectivas econômicas negativas no cenário global, incluindo o nacional, qual o grau de vulnerabilidade do Estado do Maranhão diante deste contexto?

5. O IMESC abrange duas áreas de formação, fundamentalmente, a economia e a geografia. Quais dificuldades encontradas pelo senhor para gerir as demandas provenientes do setor de geografia? Entende-se a intensa relação existente entre essas duas áreas, no intuito de minimizar este elo, que conselhos oferecer aos novos/futuros economistas?

6. Além de Presidente do IMESC, o senhor é professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão e economista, quais são suas atuais perspectivas quanto ao cenário profissional na área de economia?

7. No momento o Brasil se encontra em cenário de recessão, idealizando a perspectiva que o economista é o profissional mais requisitado em períodos de crise. Como economista e Presidente do IMESC, quais as expectativas o senhor planeja para quanto à introdução dos novos economistas no mercado de trabalho no Estado?

p.36

Uma das características mais perversas do padrão de crescimento da economia maranhense, desde a época colonial [...]



p.38

Como Estado nordestino caracterizado por uma ainda expressiva parcela da população em situação de pobreza[...]



p.39

Temos vários geógrafos, cartógrafos, biólogos, turismólogos, ambientalistas, atuando na diretoria de Estudos Ambientais e Cartográficos[...]

Entrevista com Felipe de Holanda

1. Há aproximadamente dois anos e meio iniciou-se sua gestão no IMESC. Como está o andamento dos trabalhos e quais são os planos futuros para o Instituto?

AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em um cenário de crise fiscal e profundos cortes orçamentários ou até mesmo o fechamento de vários dos institutos estaduais de pesquisa no Brasil, o IMESC vem se destacando pela ampliação das atividades de pesquisa e monitoramento e avaliação, com ampliação e melhoria da infraestrutura, tanto no que se refere às instalações quando aos equipamentos e softwares. Mudamos de endereço, para o Renascença II, na Avenida do Vale, tendo quase dobrado o espaço do Instituto, de aproximadamente 260 m² para 460 m². O Governador Flávio Dino destinou ao IMESC um prédio com pouco mais de 1.000 m², na Rua da Estrela, que será nossa sede definitiva. Lá poderemos ter um auditório multimídia e também um amplo Centro de Documentação, participando ativamente da vida cultural e tecno-científica de São Luís. Já temos o Termo de Referência para o processo de seleção da empresa que fará o projeto e acompanhará a reforma.

Em 2015 reestruturamos o quadro funcional do IMESC, ajustando a estrutura de cargos e salários de maneira a melhorar a estrutura de incentivos para nossos técnicos e pesquisadores. Com aumentos reais para todos, criamos faixas salariais para cada nível hierárquico no IMESC. Avançamos na construção de um planejamento estratégico que vem nos guiando no período recente. Faremos um concurso para pelo menos dez vagas de pesquisadores ainda este ano.

Por determinação do Governador Flávio Dino, estamos envolvidos com a elaboração de diagnósticos, o monitoramento e a avaliação de algumas das principais políticas de inclusão socioprodutiva e fomento ao desenvolvimento econômico. Participamos do Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH, a política carro-chefe da atual gestão. Participamos também do Comitê Gestor do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento do Estado do Maranhão – SEPAB, que prioriza a substituição de importações agroalimentares através do adensamento e aumento da oferta doméstica em 11 cadeias produtivas agroalimentares. Nos termos da Lei 10.387 de 2015, que institui o Pacto Pela Paz no Estado do Maranhão, somos responsáveis pela elaboração de diagnóstico georeferenciados sobre a violência no Estado do Maranhão.

Recentemente, no contexto da construção dos instrumentos para a gestão plena da Região Metropolitana da Grande São Luís - RMGSL, foi celebrado um acordo sobre os limites e divisas entre os quatro municípios da Ilha do Maranhão, resolvendo graves problemas de indefinições e ausências da prestação de serviços de utilidade pública em várias das regiões limítrofes na Grande Ilha. Por falar em gestão plena da RMGSL, fazemos parte, juntamente com a Secretaria das Cidades e a Agência Metropolitana, da coordenação do processo de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI da RMGSL.

Entre outras tarefas, cabe ao IMESC a elaboração do Diagnóstico sociodemográfico, econômico, territorial e de mobilidade da RMGSL.

Outro grande desafio nos foi dado pelo Governador Flávio Dino recentemente – a coordenação geral da Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – ZEE MA. Trata-se de estudos e diagnósticos na escala de 1:250 mil sobre todo o território maranhense, buscando apontar as vocações produtivas, as fragilidades e oportunidades ambientais e as distintas e específicas de cada região do Estado. São abordados temas como uso e ocupação do solo, recursos minerais, hidrologia, flora, fauna, ação humana, entre outros temas que impactam o território. Iniciamos os trabalhos no chamado bioma amazônico maranhense, com cerca de 100 municípios. Podemos afirmar que a elaboração deste importante documento técnico-científico constitui a pedra angular do planejamento territorial do Estado.

Realizamos também um conjunto de estudos sobre situação ambiental, com destaque para os parques e unidades de conservação no Estado. Em um contexto de crise hídrica que aponta para vários entraves ao desenvolvimento do Estado em futuro próximo, estamos conduzindo, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e as Universidades Estadual e Federal do Maranhão, um estudo combinando interpretação e análise de imagens de satélites e visitas de campo, sobre a dinâmica da paisagem da bacia do Rio Itapecuru, ao longo de todo o trajeto. Outro trabalho

de destaque, coordenado pelo Prof. Dr. Trovão, é o levantamento de informações históricas, socio-culturais e de turismo dos municípios maranhenses. Estamos envolvidos em estudos sobre a regionalização para o desenvolvimento do Estado, tendo também, sob a coordenação do Prof. Fred Burnett (Diretor de Estudos e Pesquisas), discussões sobre o processo de metropolização. Estamos no Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH e também no Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, apoiando na elaboração de diagnósticos e no monitoramento e avaliação dessas políticas estruturantes do Governo Flávio Dino.

Visitamos os 30 municípios priorizados na 1ª etapa do Plano Mais IDH e elaboramos um Diagnóstico Avançado e um Atlas, que permitiram uma rica aproximação da realidade dos municípios priorizados. No caso do SEPAB, da mesma forma temos contribuído com as atividades de planejamento das ações, apoiando com a construção de indicadores de resultado e impacto, além da realização de estudos comparativos com políticas similares em outros Estados, além do monitoramento das cadeias produtivas priorizadas.

Por determinação do Governador Flávio Dino assumimos a coordenação dos trabalhos do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, que se inicia pelo bioma amazônico maranhense. Estamos também na coordenação do Plano Diretor de Desenvolvimento Institucional (PDDI) da Região Metropolitana de São Luís, tendo a responsabilidade de elaborar o diagnóstico sociodemográfico, econômico, territorial e de mobilidade urbana, o qual constitui o ponto de partida para a elaboração das macrodiretrizes e o macrozoneamento de nossa região metropolitana, condições para a viabilização da gestão plena metropolitana, de acordo com o Estatuto da Metrópole.

Pensar territorialmente o conjunto de políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável do Estado do Maranhão é o nosso grande desafio, em nosso entender uma das grandes contribuições do IMESC às políticas públicas no Maranhão.

2. Uma das temáticas abordadas pelo senhor para se alcançar o desenvolvimento do Estado, refere-se ao adensamento das cadeias produtivas. Qual papel vislumbrado pelo IMESC para contribuir com este feito?

Uma das características mais perversas do padrão de crescimento da economia maranhense, desde a época colonial, refere-se ao modelo primário exportador, especializado na produção e escoamento de matérias-primas com reduzido ou nenhum valor agregado. Este modo de articulação ao mercado internacional, também conhecido como modelo de enclave, caracteriza-se pelo reduzido encadeamento dos setores primários exportadores com a economia local, debilidade do mercado interno e grande vulnerabilidade aos ciclos da economia internacional. Mesmo na fase de alta das cotações das *commodities* agrícolas e minerais, observa-se reduzido impacto em termos de geração de empregos e renda e também receitas tributárias. Nas fases de retração dos mercados de produtos primários, observa-se enorme ociosidade e destruição dos poucos elos existentes nas cadeias primário-exportadoras.

Na reversão do superciclo de *commodities* observada a partir do biênio 2011-12, explicada principalmente pela redução da demanda por produtos primários pela China, observamos a paralisação na produção de alumínio no Complexo ALUMAR, assim como o fechamento da usina de pelotização da Vale, e também de várias plantas guieiras no Estado. Para escapar da armadilha da vulnerabilidade externa, é necessário fomentar e atrair investimentos que possam atender ao mercado interno estadual, a exemplo da agroindústria.

O Maranhão, com todo o seu potencial para o desenvolvimento da agroindústria (estoque de terras disponíveis, água, sol e logística privilegiada) ainda hoje importa grande parte dos alimentos que consome. Este é o caso da carne de frango, da carne suína, dos hortifrutigranjeiros, e até dos pescados! Atender este mercado é um primeiro passo para adensar nossa agroindústria, dotando-a de

ENCADEAMENTO DOS SETORES PRIMÁRIOS

escala para avançar posteriormente na direção da agregação de valor às nossas exportações. O Sistema Estadual de Produção e Abastecimento do Estado do Maranhão – SEPAB, é uma política estruturada pelo Governo Flávio Dino no sentido de adensar 11 cadeias produtivas alimentares no Estado, entre as quais avicultura, arroz, hortifrutis, carne e couros, leite, mandioca, feijão. As ações empreendidas pelo SEPAB, que congrega várias secretarias de Estado e é liderado pelo próprio Governador Flávio Dino, constituem uma estratégia para organizar os elos fracos das cadeias produtivas, priorizando os temas principais da matriz de responsabilidade do Estado. Ao IMESC, que participa do Comitê Gestor do SEPAB, cabe apoio na elaboração de diagnósticos, no monitoramento e avaliação das ações, no contexto mais amplo da dinâmica das referidas cadeias no Estado e no contexto regional. Nossas ações também se relacionam à construção de indicadores de resultado e impacto, assim como estudos de *benchmark*, buscando exemplos bem sucedidos de políticas de fomento à agroindústria em outros estados da federação e até no exterior.



3. O IMESC divulga uma série de informações socioeconômicas como o cálculo do PIB estadual e dos municípios maranhenses. Que outras pesquisas o Instituto realiza? Onde podemos encontrá-las?

Nossa produção pode ser acessada no site institucional – www.imesc.ma.gov.br, que disponibiliza para *download* a maior parte de nossa produção. Temos também nosso centro de documentação, a Biblioteca Ignácio Rangel, que disponibiliza o acervo de forma eletrônica e está aberta para visitas para consultas e pesquisas. Vale visitar nosso site!

Conforme mencionado em sua pergunta, o IMESC, em convênio com o IBGE, calcula anualmente o PIB Estadual e Municipal. Estamos também envolvidos com a elaboração de projeções populacionais, também em convênio com o IBGE. Temos um trabalho solidificado na área de conjuntura econômica, com um acompanhamento fino do mercado de trabalho estadual (além do regional e do nacional), através da base RAIS-CAGED e da PNAD contínua (IBGE), de indicadores de atividades, comércio exterior, finanças públicas. Renovamos convênio com o IBGE para a realização de estudos de redefinição de limites e divisas municipais e estadual.



**TRABALHO
SOLIDIFICADO
NA ÁREA DE
CONJUNTURA
ECONÔMICA**

4. O IMESC junto à SEPLAN auxiliam no planejamento do Estado. Diante das perspectivas econômicas negativas no cenário global, incluindo o nacional, qual o grau de vulnerabilidade do Estado do Maranhão diante deste contexto?

Como Estado nordestino caracterizado por uma ainda expressiva parcela da população em situação de pobreza, assim como uma reduzida diversificação da estrutura produtiva, o Maranhão apresenta grande dependência de transferências e investimentos federais. Nesta crise, como a maior parte dos estados nordestinos e da Região Norte, nosso Estado tem sido mais afetado do que a média dos estados brasileiros. O lado positivo da questão é que o Estado do Maranhão, em contraste com a maioria dos estados da federação, apresenta uma situação fiscal equilibrada, tendo sido importante o esforço empreendido pelo nosso colega economista e Secretário da Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves, para o combate à sonegação e a racionalização dos regimes de incentivos fiscais, buscando equidade horizontal, no lugar de privilégios concedidos a um pequeno número de empresas. Entre 2015 e 2016, em contraste com a maioria dos Estados da federação, o Governo do Maranhão registrou importante reforço na arrecadação própria, compensando, ainda que parcialmente, a redução das transferências federais. Nestes dois anos e meio de gestão, as estimativas apontam para mais de R\$ 2 bilhões de frustração de receitas apenas com as transferências constitucionais para o Estado. No plano municipal, há outro tanto. Aliás, a crise fiscal no plano federal, agravada pela crise político institucional, aponta para mais 2 ou 3 anos de baixo crescimento da economia brasileira, com limitada capacidade de investimento do Governo Federal.

Teremos de conviver com esta reduzida capacidade do Governo Federal em apoiar a oferta de infraestrutura em nosso Estado. Estamos fazendo a lição de casa, no sentido de buscar fontes alternativas de financiamento, por exemplo nas instituições multilaterais como Banco Mundial,

Banco de Fomento Andino, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Amazônia, entre outras. Há também ações coordenadas entre vários órgãos e secretarias de estado, no sentido de atrair investimentos para o Estado. Temos enorme potencial energético, diversificado, a partir da energia hidrelétrica, gasífera, eólica, solar, maremotriz, e estamos fazendo o dever de casa no sentido de pensar este potencial não somente como produção de energia elétrica primária, que segue uma lógica primário exportadora, mas em como utilizar este potencial a serviço do adensamento da indústria de transformação. Há grandes projetos que avançam, no setor siderúrgico, com investimentos de uma grande empresa chinesa e no setor petroquímico, com uma parceria entre Irã e Índia. Fundamental acompanharmos o conjunto de investimentos no Porto do Itaqui, de cerca de R\$ 1,7 bilhão, com a construção de dois novos píeres, reforço na área de tancagem, ampliação do pátio de carga containerizada, inclusive com uma parte destinada aos contêineres frigoríficos. É importante destacarmos também os investimentos com capital próprio da EMAP, de cerca de R\$ 250 milhões, resultado de boa gestão financeira no Porto.

DEPENDÊNCIA DE INVESTIMENTOS E INTERFERÊNCIAS FEDERAIS

5. O IMESC abrange duas áreas de formação, fundamentalmente, a economia e a geografia. Quais dificuldades encontradas pelo senhor para gerir as demandas provenientes do setor de geografia? Entende-se a intensa relação existente entre essas duas áreas, no intuito de minimizar este elo, que conselhos oferecer aos novos/futuros economistas?

Temos vários geógrafos, cartógrafos, biólogos, turismólogos, ambientalistas, atuando na diretoria de Estudos Ambientais e Cartográficos, dirigida por Josiel Ferreira Ribeiro. Todo dia aprendo alguma coisa nova sobre este vasto Maranhão, que Josiel e sua equipe conhecem de maneira profunda e detalhada. O IMESC detém a base cartográfica do Estado e exerce um importante papel, como já dito, na realização de estudos para a redefinição de divisas e limites municipais. Na Diretoria de Estudos Ambientais e Cartográficos, temos três departamentos – o Departamento de Cartografia e Geoprocessamento, sob o comando de Lourdes Silva, o Departamento de Estudos Territoriais, coordenado pelo Prof. Trovão, nosso decano e um dos mais entusiasmados pesquisadores, uma referência para os geógrafos e todos aqueles que pesquisam e debatem o território maranhense. Temos também o Prof. José Ribamar Carvalho chefiando o Departamento de Estudos Ambientais.

Desde o início da gestão, fechamos convênios com as secretarias da Saúde, Educação, Segurança e Agricultura Familiar, no sentido de monitorar e avaliar indicadores georeferenciados relacionados às políticas em desenho e implantação, seja no âmbito do Plano de Ações Mais IDH, seja em outras políticas, ações, projetos e atividades relevantes.

Na diretoria de Estudos e Pesquisas do IMESC, comandada pelo Prof. Dr. Fred Burnett, temos um conjunto de 12 economistas e graduandos em economia trabalhando, em atividades que abrangem a conjuntura econômica maranhense, o cálculo do PIB, a construção da metodologia de cálculo

NOVOS TALENTOS, NÃO SÓ NO CAMPO DA ECONOMIA

do PIB Trimestral e da matriz insumo produto, projetos estratégicos para o IMESC. O monitoramento do Plano Mais IDH é um projeto prioritário e matricial, que congrega os esforços de todos, incluindo arquitetos-urbanistas, historiadores e outros profissionais das ciências humanas e aplicadas. A diretoria de Estudos e Pesquisas também se compõe de 3 departamentos, o departamento de Contas Regionais, sob a coordenação do Prof. Msc. Dionatan Carvalho, responsável pelo monitoramento de amplo painel de informações relacionadas à economia maranhense, o Departamento de Conjuntura Econômica e Estudos Fiscais, comandado por Msc. Talita Nascimento, com trabalhos importantes nas áreas de conjuntura econômica, monitoramento de investimentos e suporte aos Planos Mais IDH e SEPAB. Inauguramos recentemente um novo departamento na DEP, de Estudos Urbanos e Regionais, sob a coordenação da arquiteta-urbanista Clara Sousa, que monitora as políticas de regularização fundiária, de produção de habitações populares nos meios urbanos e rurais, além de vários outros temas de destaque no campo dos desafios impostos pela urbanização acelerada em contexto de escassez de planejamento

Novos projetos de pesquisa, editais e convênios abrirão vagas para graduandos e pós graduados em Ciências Econômicas no IMESC. Estamos de olho nos novos talentos, não somente no campo da economia, mas da sociologia, geografia, biologia, estatística, administração, história, arquitetura e urbanismo, entre outras especialidades.

Temos uma Diretoria de Comunicação e Disseminação de Dados, comandada por Lúcia Teixeira,

que congrega técnicos em informática, programadores, designers e jornalistas. Para nós, o desafio da disseminação de informações e comunicação com o Governo e a Sociedade é sério e está sendo enfrentado com capacidade técnica e grande disposição.

Estamos à procura de sociólogos, demógrafos, cientistas políticos. Uma das dimensões importantes para compreendermos o Maranhão que permanece e aquele que se altera é a questão demográfica - seja pela rápida queda da natalidade, seja pela redistribuição da população ao longo do território (êxodo rural). Queremos engajar também estatísticos e econometristas que nos ajudem a compreender de maneira mais profunda as regularidades e as mudanças estruturais observáveis no amplo painel de dados primários e secundários com os quais trabalhamos.

A Diretoria Administrativa e Financeira, comandada pelo economista e mestre em desenvolvimento socioeconômico pela UFMA, Prof. André Lustosa, está se ampliando e capacitando para as tarefas impostas pelo crescimento das atividades do IMESC. Uma das diretrizes que deve nortear este processo de crescimento é a aplicação de uma política de recursos humanos orientada pelos princípios da isonomia, meritocracia e capacitação. A realização de um concurso para a instituição é um dos compromissos do Governador Flávio Dino, que vem dando apoio fundamental para o processo de crescimento e institucionalização do IMESC.



6. Além de Presidente do IMESC, o senhor é professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão e economista, quais são suas atuais perspectivas quanto ao cenário profissional na área de economia?

Na primeira década do século assistimos a um processo de redução da demanda pelos cursos de economia, com fechamento de várias graduações em Ciências Econômicas em todo o país, principalmente no segmento privado. Atualmente o que observamos é uma retomada do interesse pela profissão e a abertura de cursos de economia de natureza mais aplicada - Finanças, Comércio Exterior, Relações Internacionais, Projetos, Gestão, Cenários, ainda que alguns deles não assumindo que sejam cursos de Economia. Houve um expressivo crescimento das pós graduações em economia, seja *stricto sensu* e ainda mais no caso das especializações e MBAs.

Além dos campos clássicos de atuação dos economistas (carreiras de Estado, academia, setor financeiro, indústria, sindicatos & associações, consultorias especializadas), percebe-se crescentes oportunidades para os profissionais economistas nas engrenagens do ambiente da globalização financeira, das cadeias globais de valor no agro-negócio, minerometalurgia, indústria financeira, metal-mecânica, TI, organismos de regulação estatal, *project finance*, organizações do Terceiro Setor, entre outras. O leque salarial abriu na última década, com os economistas destacando-se entre as categorias de maior elevação real dos rendimentos. É importante observar que a carreira do economista pressupõe uma formação longa e trabalhosa, que normalmente exige estudos em nível de pós graduação e um período significativo de experiência de trabalho, para uma performance adequada. O curso, por vezes é inóspito. Dá trabalho, são modelos e mais modelos! Ferramentas para organizar os grandes painéis de dados desta nossa ciência tão demasiadamente humana, social, quanto quantificável.

Qual a métrica adequada para a avaliação do fecundo exercício da profissão do economista? Olhar o mundo pela lente do economista é um ângulo privilegiado, que contempla, além da dura e desigual batalha contra a escassez, a avaliação das estruturas de incentivo – por que as pessoas fazem o que fazem!? Qual a estrutura de incentivos adequada!? Quais as mediações sociais que são capazes de induzir ao desenvolvimento? Nós economistas temos muito a contribuir no debate sobre o futuro deste imenso Estado do Maranhão. Sobre o futuro do Brasil também. Olhando pro mundo também. Estrutura e conjuntura. Como diria o grande mestre Celso Furtado, sem embargo - em busca de uma fantasia organizada.

**CRESCENTES
OPORTUNIDADES
PARA OS
PROFISSIONAIS
ECONOMISTAS**



7.No momento o Brasil se encontra em cenário de recessão, idealizando a perspectiva que o economista é o profissional mais requisitado em períodos de crise. Como economista e Presidente do IMESC, quais as expectativas o senhor planeia para quanto à introdução dos novos economistas no mercado de trabalho no Estado?

NECESSIDADE DE BONS PROFISSIONAIS ECONOMISTAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS

A despeito da crise político-institucional que contribui para o agravamento das incertezas, estamos assistindo o início de um processo de retomada das atividades econômicas no Brasil, em ritmo lento, desigual e sobre uma base de comparação bastante fraca. Vivemos um quadro favorável de baixa inflação, ampla capacidade ociosa na estrutura produtiva e contas externas bastante equilibradas. O ritmo de recuperação tende a ser lento em função das incertezas do cenário político, do elevado grau de endividamento das famílias e das empresas e também por que mais uma vez fomos atraídos para a armadilha da valorização cambial que produz uma efêmera sensação de bem estar, mas prejudica fortemente a competitividade de nossa indústria.

O Maranhão deverá registrar uma retomada mais rápida que a média nacional, dado o programa de investimentos públicos e privados em andamento no Estado. Há necessidade de bons profissionais economistas para a elaboração e a gestão de projetos voltados para o adensamento das cadeias de proteína animal no Estado, para contribuir com a ampliação e diversificação do setor energético, para pensar os temas da inclusão socioprodutiva de uma ampla massa de pequenos produtores rurais, cerca de 30% da população ocupada do Estado, que podem ser protagonistas de uma verdadeira revolução produtiva no Estado. Precisamos fortemente de quadros técnicos

para diversos desafios relacionados à melhora da gestão pública, tanto no Estado quanto nos municípios maranhenses. Precisamos nos aproximar cada vez mais da universidade, para buscar ali contribuições verdadeiras para o desafio do desenvolvimento econômico do Estado, ao mesmo tempo que comunicando para os pesquisadores os principais problemas enfrentados na batalha por um novo modelo econômico, mais inclusivo, inovador e capaz de atender às demandas sociais em nosso Estado.

Informações adicionais e interatividade podem ser conferidos no site do IMESC:

www.imesc.ma.gov.br

www.imesc.ma.gov.br

Av. do Vale, lote 13,
quadra 29 Ed. Zircônio –
Renascença II – CEP: 65075-820
imprensa.imesc@imesc.ma.gov.br

